

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**A PESQUISA COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL NA
ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

Adriana Tavares da Anunciação
Angela Alves de Carvalho Damascena
Margarete Souto Oliva

Presidente Prudente/SP
2006

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**A PESQUISA COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL NA
ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

Adriana Tavares da Anunciação
Angela Alves de Carvalho Damascena
Margarete Souto Oliva

Monografia apresentada como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Simone Duran Toledo Martinez.

Presidente Prudente/SP
2006

A PESQUISA COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
como requisito parcial para obtenção do Grau
de Bacharel em Serviço Social

Simone Duran Toledo Martinez

Andréia Colato Galli

Selma Regina de Luces Fortes Andrade e Machado

Presidente Prudente/SP, 30 de novembro de 2006

Dedicamos a presente pesquisa,
acima de tudo a Deus, nosso Pai celeste;
aos nossos pais, pelo amor constante e dedicação;
aos nossos esposos, pela compreensão e apoio;
aos nossos amados filhos, com escusas pela ausência;
aos nossos queridos irmãos, que sempre torceram por nós;
à nossa orientadora e amiga, professora Simone Duran
Toledo Martinez pela paciência, com admiração e respeito;
e aos amigos que já possuíamos e aos que adquirimos ao
longo do curso.

O homem vale pelo que pensa, pensa
pelo que sabe, sabe pelo que lê.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

A Deus, razão de tudo, e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização da pesquisa: familiares, amigos, professores, direção e funcionários da Associação Educacional Toledo.

RESUMO

O presente trabalho buscou estabelecer a evolução do Serviço Social no Brasil a partir da década de 30, enfocando aspectos políticos, econômicos e sociais que são de suma importância para a compreensão da profissão. Nele são destacadas as bases filosóficas que orientaram e ainda orientam a atuação profissional, bem como a influência das conferências, seminários, congressos e outros eventos de natureza científica para o aprimoramento do Serviço Social, que surgiu embasado num cunho conservador, e aos poucos vai adotando uma postura mais crítica, numa leitura ampla da realidade.

O enfoque principal volta-se para a importância da pesquisa na atuação profissional, sendo imperioso que o assistente social busque atualização constante, numa construção contínua de conhecimento. Considerando que as relações sociais são complexas e a sociedade dinâmica, é imprescindível que haja por parte dos profissionais um posicionamento investigativo, crítico, construído e fundamentado em bases teóricas, fruto da busca incessante por conhecimentos.

Destacou-se também neste trabalho a relevância da articulação entre teoria e prática, não podendo o Serviço Social restringir-se apenas ao acúmulo de informações, mas sim associar informação e prática, para assim obter respostas profissionais eficientes.

Outro aspecto importante discutido refere-se aos cursos de graduação, ou seja, a formação acadêmica profissional, bem como a pós-graduação, como instrumentos de produção de conhecimento, além do avanço das produções científicas que tanto contribuem para o aprimoramento do Serviço Social.

O presente estudo resulta de pesquisa bibliográfica abrangente, destacando renomados autores, que são responsáveis diretos pelas conquistas do assistente social. Considerando ser esta uma profissão relativamente “nova”, embora ainda haja muitos obstáculos a superar, deve-se salientar que houve avanço significativo no que se refere à pesquisa como instrumento fundamental para a atuação profissional.

Palavras-chave: Pesquisa. Produção de conhecimento. Serviço Social. Aprimoramento profissional.

ABSTRACT

The present research aimed to establish the evolution of the Social Work in Brazil since the thirties', emphasizing the political, economical and social aspects, which are very important to the profession's comprehension. The philosophical basis that have orientated and still orientate the professional acting were emphasized, as well as the influence of lectures, seminars, conferences and other events of scientific nature for the improvement of the Social Work, which aroused based on a conservative nature, and slowly takes a more critic position, in a wide feature of the reality.

The main approach regards the importance of the research in the professional acting, considering relevant that the social worker searches for constant updating, in a continuous construction of knowledge. Considering that the social relations are complex and the society is dynamic, it is necessary an investigative, critic, and formed theory-based position among the professionals, as a consequence of constant search for knowledge.

In this work, it was also approached the relevance of the joining of theory and practice, since the Social Work may not be restricted only to the information collection, but associate information and practice, so that the efficient professional answers be obtained.

Another important discussed aspect refers to graduation courses, in other words, the professional academic formation, as well as pos graduation as deeds of knowledge production, besides the advance of the scientific productions that really contribute to the Social Work improvement.

Te present study is the result of wide bibliographic research, standing out renowned authors, who are directly responsible for the conquests of the social worker. Considering this profession as kind of "new", although still there are many hindrances to overcome, it must be remembered that there was a great advance regarding the research as fundamental deed for the professional acting.

Key words: Research. Knowledge production. Social Work. Professional improvement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ESBOÇO HISTÓRICO DOS ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS A PARTIR DA DÉCADA DE 30, E A EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NESTE CONTEXTO	13
1.1 Como entender o Serviço Social num período tão conturbado	15
1.2 Medidas de proteção social, principalmente no âmbito do trabalho	16
1.3 A luta pela redemocratização	17
1.4 Atuação profissional do Assistente Social	19
1.5 A volta do “pai dos pobres”	20
1.6 Fim da era Vargas	21
1.7 Governos: Jânio Quadros e João Goulart	22
1.8 O processo de evolução e reconceituação do Serviço Social no Brasil	24
1.9 O golpe de abril: os militares no poder	26
1.10 O Serviço Social no período de repressão	28
1.11 O período da democracia liberal	29
1.12 O período neoliberal	30
1.13 O Serviço Social e o processo de ruptura	34
2 PESQUISA – FONTE DE CONHECIMENTO	36
2.1 A História da Pesquisa no Serviço Social	37
2.2 O conservadorismo e a pesquisa	40
2.3 A busca pela superação do conservadorismo	41
2.4 O avanço da produção de conhecimento no Serviço Social	43
2.5 Pesquisa e Formação Acadêmica	50
2.6 Novas propostas de diretrizes curriculares	54
2.7 A importância da Práxis no Serviço Social	55
2.8 A crise dos paradigmas	60
2.9 As ciências sociais alcançam maioria	64
2.10 A importância dos trabalhos científicos	66
3 CONCLUSÃO	70

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
--	-----------

INTRODUÇÃO

O interesse em realizar o estudo sobre o tema ocorreu em função da significativa importância da pesquisa na atuação profissional, com intuito de desvelar os entraves e conquistas da mesma no que se refere ao desenvolvimento do Serviço Social desde a década de 30.

A pesquisa na área do Serviço Social, ganhou destaque com debates e produções a partir do Movimento de Reconceituação, através do processo de questionamento da atuação dos assistentes sociais frente às mudanças societárias, exigindo um novo perfil profissional.

O Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, situando-se no processo de reprodução das relações sociais, aliado a capacidade de construir conhecimento e de estabelecer um olhar crítico da realidade, faz da pesquisa instrumento de fundamental importância para desvelamento das demandas sociais.

Dessa forma, parte-se do pressuposto que o conhecimento é fruto das experiências sociais do homem no seu cotidiano, resultado da busca em satisfazer suas necessidades naturais e históricas.

Portanto, destaca-se a importância da pesquisa no serviço social enquanto profissão interventiva atuante nas relações sociais, na busca de respaldo teórico, técnico e crítico da realidade, que possa levar a uma interferência transformadora.

Segundo Yamamoto (1997, p. 164), a formação profissional supõe um sólido suporte teórico-metodológico, necessário à reconstrução da prática e estabelecimento das estratégias de ação faz presumir ainda, a preparação no campo de investigação como eixo privilegiado para o aprimoramento da qualificação científica do assistente social e da produção teórica sobre questões pertinentes a seu campo de atuação e a uma realidade social mais ampla.

As transformações estruturais da sociedade, que nem sempre se apresentam de imediato, exigem do profissional o compromisso de investigar e revelar o oculto, para que possa intervir de forma concreta e eficiente nas demandas presentes.

Neste sentido, entende-se que a ciência vive do desafio de descobrir a realidade, que sempre apresenta algo de novo.

Para o assistente social, o grande desafio está em produzir conhecimento que proporcione a superação da visão imediata dos fatos, do aparente, através do questionamento da realidade, desocultando as demandas sociais na sua complexidade.

Portanto, é sobre esta questão que se discorre neste trabalho, buscando identificar, também, o grau de importância que as universidades têm demonstrado em relação à pesquisa na formação acadêmica.

Para a elaboração da pesquisa, utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica de caráter exploratório-descritivo e analítico. Por ser uma pesquisa de cunho bibliográfico, adotamos um levantamento qualitativo, advindos dos trabalhos, livros, jornais revistas e Internet.

O objetivo principal está em esclarecer a importância da pesquisa na atuação profissional.

Diante do projeto neoliberal existente na contemporaneidade, permeado por constantes mudanças, o Serviço Social enquanto profissão que intervém nas expressões da questão social, tem como desafio a realização da pesquisa, o que leva a um entendimento de que é este o instrumento mais eficiente para uma atuação profissional adequada.

Por isso, a importância do profissional ter uma clara compreensão das implicações do referencial teórico na sua prática, possibilitando maior controle e direção da profissão, utilizando a investigação científica como importante instrumento de obtenção de conhecimento.

Para Marilda V. Yamamoto e Raul de Carvalho (2003, p. 87), o assistente social é considerado um intelectual orgânico, não se constituindo num profissional autônomo e independente das classes fundamentais, tendo o compromisso de contribuir na luta pela direção social e cultural dessas classes na sociedade. Trata-se do “organizador, dirigente e técnico”, que coloca sua capacidade a serviço da classe a que se encontra vinculada.

Dessa forma acredita-se que a pesquisa teve e tem importante papel na consolidação da profissão, decorrente das lutas dos profissionais, baseada em princípios, valores éticos e ideo-políticos. Por isso a necessidade de mostrar o quanto tem evoluído, e ainda precisa evoluir como instrumento de aprimoramento profissional.

O trabalho foi dividido em três capítulos para melhor situar a problemática em questão.

O primeiro capítulo refere-se à história da profissão, ressaltando sua origem no Brasil e o contexto político, econômico e social em que a mesma se desenvolveu e legitimou.

No segundo capítulo, de forma mais específica, aborda-se a história da pesquisa no Serviço Social. Busca-se fundamentar o real momento em que o Assistente Social passa a questionar sua atuação profissional e reivindicar por uma formação fundamentada em princípios técnico-teóricos, metodológicos e críticos, que possibilitem uma intervenção mais concreta na realidade, tendo como eixo a pesquisa. E, por fim, foram apresentadas as considerações finais.

1 ESBOÇO HISTÓRICO DOS ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS A PARTIR DA DÉCADA DE 30, E A EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NESTE CONTEXTO

Não se pode considerar o Serviço Social como profissão sem entender a sua trajetória, bem como os aspectos políticos, econômicos e sociais, e sua relação com o dinamismo da sociedade.

A Revolução Industrial, associada ao desenvolvimento do capitalismo, interferiu diretamente na conjuntura sócio-econômica do país, assim como no desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão.

Maria Lúcia Martinelli (2001, p. 34), numa reflexão sobre as formulações de Marx, considera que o caráter comercial do capitalismo, e o espírito capitalista empreendedor e aventureiro, ao mesmo tempo racional e disciplinado, não são os elementos cruciais do mesmo, sendo na verdade o modo de produção capitalista e as relações sociais que lhes são próprias, determinantes da ruptura entre o capital e o trabalho e entre os homens como membros de classes sociais que passam a se diferenciar a partir da posse privada e dos meios de produção.

Como o presente trabalho, visa abordar a história e a evolução do Serviço Social no Brasil, enfocando a importância da produção do conhecimento e da pesquisa para o seu aprimoramento, dar-se-á maior ênfase a partir da década de 30, marco extremamente importante para o desenvolvimento da profissão no país.

Foi nesta época, num quadro de profunda debilidade da economia agro-exportadora brasileira, especialmente na exportação de café, que ocorreu a Revolução de 1930, bem com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Como relata Maria Ozanira da Silva e Silva (1995, p. 8), a revolução de 30, sob o governo de Getúlio Vargas, criou condições para o desenvolvimento do Estado Burguês, estabelecendo uma ruptura política, econômica e social com o

Estado Oligárquico, sendo que o modelo econômico agro-exportador cede lugar para o industrial.

Conforme Francisco de Assis Silva (1992, p. 252), a situação da classe operária dos anos 30 era crítica. As ruas estavam cheias de desempregados, a maioria vinda da zona rural, onde a crise da lavoura de exportação provocava a redução brusca de salários e o desemprego.

Para o autor, tornava-se necessário criar uma legislação social que viesse atender pelo menos parte das reivindicações dos trabalhadores, pois as elites dominantes sentiam-se ameaçadas pelas manifestações operárias e passaram a aceitar o Estado como árbitro na luta entre capital e trabalho.

Já o Estado, incapaz de enfrentar a crise política e econômica, começou também a se preocupar com possíveis tensões, e conseqüentemente com a quebra da tranqüilidade. Dessa forma, a questão social passou a ser reconhecida como legítima, e a ela são atribuídas soluções políticas.

Potyara A. P. Pereira (2002, p. 130) apresenta a seguinte visão sobre o tema:

[...] Embora a questão social não fosse mais considerada uma questão de polícia, ela não foi alcançada a questão de política maior que merecesse a mesma atenção que o governo dispensava à área econômica. Na verdade a política social brasileira desse período, não obstante encampada pelo Estado, funcionava, no mais das vezes, como uma espécie de zona cinzenta, onde se operavam barganhas populistas entre o Estado e parcelas da sociedade e onde a questão social era transformada em querelas reguladas jurídica e administrativamente e, portanto, despolitizada.

Dessa forma, diz a autora que entre 1930 e 1964, não houve, um rompimento decisivo com o *laissez-faire*, nem com a antiga estrutura do poder oligárquico, tinha-se sim uma política social ad hoc (PEREIRA, 2002, p. 130).

1.1 Como entender o serviço social num período tão conturbado?

De acordo com Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho (2003, p. 167), antes da década de 30, aconteceram no Brasil várias organizações de instituições, como a fundação em 1922 da Confederação Católica. No entanto, foi a partir do desenvolvimento do Movimento Laico, que iniciativas embrionárias vicejaram, compreendidas dentro da Ação Social Católica, com características de apostolado social.

Começou a surgir então, a necessidade de uma formação técnica especializada, para a prestação de assistência.

Segundo os autores acima (2003, p. 168), foi criado, em 1932, o Centro de Estudo e Ação Social de São Paulo (CEAS), tendo início oficial com o Curso Intensivo de Formação Social para Moças, sendo que o seu principal objetivo era o de:

[...] promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003, p. 168).

Com o aumento da demanda por uma formação técnica especializada, foi fundada pelo CEAS a primeira Escola de Serviço Social no Brasil, em São Paulo, no ano de 1936, estendendo-se posteriormente para o Rio de Janeiro.

Bem define Maria Ozanira da Silva e Silva o objetivo de estudo e propósito do Serviço Social na época:

[...] O objeto de estudo do serviço social na época, era o homem carente, e seus objetivos estavam mais direcionados para o atendimento da pobreza, através da assistência, prestação de serviços e orientação individual, sendo seus conhecimentos baseados no neotomismo, expressos pelo ensino das encíclicas e pela moral, pela filosofia e pela religião. Sendo sua prática operada basicamente pelas técnicas da entrevista e da visita domiciliar. A formação profissional, apresentava-se então um cunho doutrinário e religioso (SILVA, 1995, p. 10).

Dessa forma, não se pode negar, a influência da igreja católica nas primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, onde de acordo com Manuel Manrique Castro (2000, p. 106), as encíclicas pautavam a atividade dos assistentes sociais:

[...] as gerações que se educavam na época recebiam uma missão quase expressa da encíclica, constituindo como parte da tarefa 'melhoria de costumes', tendo as assistentes sociais funções como: trabalhos com a família operária, educação e cuidado dos filhos, destinação do salário, dos menores delinqüentes, da segurança social, dos enfermos, enfim atividades cujos objetivos estavam voltados para a **mudança dos costumes** <grifos nosso>.

É importante ressaltar que, embora o surgimento da profissão estivesse diretamente ligado à ação da igreja, houve também uma estratégia de adequação às mudanças econômicas e políticas que o país sofria naquele momento.

1.2 Medidas de proteção social, principalmente no âmbito do trabalho

Para Potyara A. P. Pereira (2002, p. 131), “as décadas de 30 e 40 constituíram-se, como o período em que se conquistaram algumas medidas de proteção social, sendo que a maioria estava relacionada a área trabalhista”.

Houve na década de 30, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, da Carteira de Trabalho, da Legislação Trabalhista, entre outras.

Já na década de 40, houve a instituição do salário mínimo, a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criação do imposto sindical, do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), de nova legislação sobre acidentes de trabalho, do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), além do Serviço Social do Comércio (SESC), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social da Indústria (SESI), da Lei Orgânica do Ensino Comercial e da Fundação da Casa Popular (PEREIRA, 2002, p. 131-132).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2003, p. 77), “o Serviço Social se gesta e se desenvolve, como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo como pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana”. Para os renomados autores, a questão social não é senão reflexo do processo de formação e desenvolvimento da classe operária, e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.

Segundo os já referidos autores, a questão social apresenta duas faces indissociáveis:

[...] uma configurada pela questão objetiva dos trabalhadores, dada historicamente de acordo com as mudanças no modo de produção, através da apropriação do trabalho excedente, como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores em defesa de seus interesses, outra, expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la e agir sobre ela, propostas pelas classes dominantes, e apoiadas no e pelo poder do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, P. 79).

1.3 A luta pela redemocratização

Para Francisco de Assis Silva (1992, p. 258), o período que vai de 1937 a 1945, foi conhecido como Estado Novo, com cunho ditatorial. Sendo que o ano de 1943 foi marcante pelas manifestações democratizantes, onde vários militares, coronéis e dois generais, fundaram uma sociedade contrária às doutrinas fascistas externas e internas. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) manifestou-se polemizando com indivíduos ligados ao governo, e no mês de outubro do mesmo ano, veio a público o Manifesto dos Mineiros, assinado por representantes de fazendeiros, banqueiros e políticos, ou seja, oligarquias capitalistas de Minas Gerais. Aconteceram também na época, vários movimentos estudantis.

Ainda de acordo com o autor, em janeiro de 1945, um grupo de intelectuais, no 1º Congresso Brasileiro de Escritores, lançou manifesto exigindo a democratização com sufrágio universal direto e secreto. Depois de muita pressão externa e interna, Getúlio Vargas decretou o Ato Institucional. O Ato previa que em noventa dias o governo fixaria datas para as eleições presidenciais, para Governadores de Estado, para o Congresso Nacional e Assembléias Legislativas e Estaduais. Pouco depois, Vargas concedeu anistia e libertou centenas de presos políticos. Houve também a organização de vários partidos políticos.

Em 29 de outubro de 1945, aconteceu a derrubada de Getúlio, e o poder foi entregue a José Linhares, então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

A retomada da democracia não significou a retirada definitiva de Vargas da cena política. Tanto que o ex-ditador jogou pesado para influenciar a eleição do general Eurico Gaspar Dutra. O general foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o Estado Novo, em 2 de dezembro de 1945, sendo que em 18 de setembro de 1946 foi promulgada a Constituição, com 222 artigos semelhantes às Cartas de 1891 e 1934, de modelo liberal (HELP, 1997, p. 175-176).

Este período do governo Dutra, de 1945 a 1950, foi conhecido como fase da redemocratização. Considerando os aspectos sociais e econômicos, quase nada mudou, o governo continuava a se preocupar mais com desenvolvimento econômico em detrimento ao social.

1.4 Atuação profissional do Assistente Social

O desenvolvimento industrial, o aprofundamento do capitalismo e a ineficácia do governo, acirraram ainda mais a desigualdade social, trazendo sérias conseqüências principalmente às camadas populares mais empobrecidas.

A função do assistente social, naquele período, era a de atuar no sentido de garantir ao trabalhador e sua família um nível de vida moral, físico e econômico normal, bem como o respeito às leis trabalhistas, buscando a sua correta aplicação. Deveria também velar pela moralidade, combater o absenteísmo, o relaxamento no trabalho, promover a conciliação nos dissídios trabalhistas e procurar adaptar o trabalhador à sua função na empresa. Não devia ser a assistência ao trabalhador paternalista, pois, acreditava-se que dessa forma o mesmo poderia tornar-se arredo (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003, p. 209).

Tornava-se necessário que houvesse por parte dos profissionais, um esforço para tentar “enquadrar” o indivíduo ao meio, colaborando desta forma com o equilíbrio e harmonia social.

De acordo com Manuel Manrique Castro (2000, p. 135), “o assistente social foi o profissional convocado para ocupar-se do ‘social’ no interior das equipes multidisciplinares que se formavam nos diversos centros de especialização”. Na verdade, o Serviço Social foi a profissão que mais precocemente ficou exposta às teorias funcionalistas e à influência das colocações desenvolvimentistas, tendo

um campo de trabalho aberto com as políticas de Desenvolvimento de Comunidade.

Torna-se importante salientar a influência norte-americana nos métodos utilizados no Brasil, no que se refere ao Serviço Social de Caso¹, Serviço Social de Grupo², Organização de Comunidade³ e, posteriormente, Desenvolvimento de Comunidade⁴.

A prática profissional estava vinculada a atividades básicas, numa ação racionalizadora dos problemas sociais como plantões, triagens, acompanhamentos, aconselhamentos, distribuição de auxílios, socialização através de grupos e engajamento em equipes multiprofissionais, sobretudo nos trabalhos de comunidades (SILVA, 1995, p. 41).

1.5 A volta do “pai dos pobres”

Em 1950, Vargas se candidatou à presidência pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), reassumindo o governo por meio de eleições diretas. Foi um período de crises políticas. Vargas não encontrava apoio para o seu programa

¹ De acordo com Janete L. Martins de Sá (1995, p. 114), para o Programa da Escola de Pernambuco, “O Serviço Social de Caso, é o método que tem por objetivo o reajustamento da pessoa ou família por meio de tratamento individualizado, valendo-se da entrevista, observação, documentação e recursos do meio” (apresentado na IV Convenção em 1954).

² Serviço Social de Grupo segundo a autora, “é o método que tem por objetivo o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, educando-o para o meio social evitando futuros desajustamentos e abrange os campos: médico, menores, família, etc” (SÁ, 1995, p.114).

³ Ainda segundo Janete L. Martins de Sá, mencionando arquivo da ABESS, Realizações do Serviço Social de grupo, IV Convenção, e Técnicas Auxiliares de Organização Social de Comunidade IV Convenção, Organização de Comunidade “é um método autônomo, não subordinado ao Serviço Social de Grupo nem ao Serviço Social de Casos, mesmo recebendo a contribuição dos dois métodos, visa promover recursos, ampliar os já existentes e aperfeiçoá-los, coordenando-os a fim de se adaptarem às necessidades (1995, p.5)”.

⁴ Manuel Manrique Castro (2000, p. 53), cita Ezequiel Ander Egg – Metodologia y Práctica del Desarrollo de la Comunidade, passa a explicar que “a metodologia do Desenvolvimento de Comunidade, elaborou-se a partir de um complexo esquema de execução, iniciado com a chamada investigação preliminar, o diagnóstico preliminar, o planejamento preliminar da ação, a sua execução preliminar e a sua avaliação também preliminar. Passava-se depois à investigação geral, ao diagnóstico geral e assim subseqüentemente”.

reformista, voltando-se então para os trabalhadores que, após anos de política paternalista alimentada por ele mesmo, não se encontravam suficientemente organizados (NOVA ENCLOPÉDIA BARSÁ, 1998, v 14, p. 304).

A criação da Petrobrás foi a grande obra de Getúlio. Teve muita importância no desenvolvimento econômico do país, pois a empresa produziu, nos três primeiros anos, três vezes mais do que todo o petróleo extraído no Brasil desde que começou a exploração em 1939 (SILVA, 1992, p. 271).

Segundo o autor acima, Vargas passou por uma séria crise política. Com uma política de desenvolvimento nacionalista, teve problemas com instituições internacionais e com o meio empresarial devido ao aumento salarial concedido a classe trabalhadora. O custo de vida atingiu proporções insuportáveis, já que os ajustes salariais não acompanhavam a inflação. Tudo isso, provocou tensões sociais, greves e protestos. Os militares exigiam a renúncia do presidente aumentando desta forma a pressão sobre o governo, o que culminou com o seu suicídio em 24 de agosto de 1954. Deixou uma carta testamento de natureza fundamentalmente política. Assumiu então o governo o vice-presidente Café Filho.

1.6 Fim da era Vargas

A era Vargas, tornou-se um marco extremamente importante para a história política no Brasil, sendo que o seu suicídio levou as massas às ruas em violentos protestos.

No período de 1954 a 1956, o Brasil foi dirigido por governos provisórios. Em janeiro de 1956, tomou posse Juscelino Kubitschek (1956-1961), iniciando a

fase conhecida como desenvolvimentista⁵, cujo lema era “50 anos em 5”, referindo-se ao desenvolvimento econômico (SILVA, 1992, p. 275).

Para o autor acima, o governo de Juscelino foi marcado pela liberdade política. Os comunistas que se entregaram para serem julgados alcançaram a liberdade.

Juscelino assumiu plenamente a condição de promotor do crescimento econômico do país, enfrentando desde o início de seu mandato tentativas de golpes militares. Foi no seu governo que se criou o Plano de Metas ou Programa de Metas, que consistia em várias metas agrupadas em cinco setores: Transporte, Energia, Indústria, Educação e Alimentação. Outro marco importante foi a construção de Brasília, tida como meta-síntese (SILVA, 1992, p. 277).

“Houve neste período, o início de um deslocamento do eixo trabalhista privilegiado por Vargas, para as demais áreas sociais, mas sem grande expressão” (PEREIRA, 2002, p. 133).

1.7 Governos: Jânio Quadros e João Goulart

Nas eleições de 1960, Jânio da Silva Quadros foi eleito, com João Goulart na vice-presidência, assumindo o governo em 31 de janeiro de 1961.

Jânio inteligentemente conseguiu passar à massa trabalhadora a imagem de um líder carismático capaz de beneficiá-la economicamente. Apresentava um estilo político diferente, com caráter populista e conservador (HELP, 1997, p. 281).

⁵ O desejo de fazer o país crescer de forma rápida obrigou Juscelino a apelar ao capital estrangeiro e aos empréstimos externos. Sendo assim, o nacionalismo foi estanho, baseado em tecnologia importada, capital estrangeiro e crescimento da dívida externa (COLEÇÃO ANGLO, HISTÓRIA 1, 1990 – 1991, p.136).

A crise financeira herdada da gestão anterior, somada a um alto índice de inflação e uma dívida externa de 3,8 bilhões de dólares, exigiam do presidente esforços extraordinários.

As classes trabalhadoras se manifestavam e protestavam contra o congelamento de salários e o aumento do pão e dos transportes, provocados pela retirada dos subsídios ao trigo e combustível (SILVA, 1992, p. 281).

Ainda segundo Silva, o Congresso Nacional e a imprensa também se opunham ao governo federal, pois este promovia uma aproximação com os governos de Cuba e União Soviética, numa postura independente, assumida pelo presidente, cujo principal objetivo econômico era a ampliação do mercado externo e conseqüentemente o aumento das exportações brasileiras.

Jânio renunciou em 25 de agosto de 1961, por razões insuficientemente esclarecidas. Apenas escreveu uma carta onde dizia: “nesta data por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça as razões do meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República”. Como João Goulart encontrava-se ausente, assumiu interinamente o cargo o presidente da Câmara dos Deputados Pascoal Ranieri Mazzilli. Ao que tudo indica Jânio esperava que houvesse uma mobilização popular e militar pela sua permanência no cargo, o que de fato, não ocorreu (ALEIXO, - 2001).

João Goulart assumiu a Presidência em 7 de setembro de 1961, sob regime parlamentar, tendo a difícil tarefa de governar um país em crise, com a economia em declínio, a inflação em ascensão e ainda com o equilíbrio político precário. Seu mandato foi marcado por confrontos entre diferentes políticas econômicas para o Brasil, conflitos sociais e greves urbanas e rurais. Seu governo apresentou duas fases: parlamentarista, que corresponde ao período de 1961 a 1963; presidencialista, de 1963 a 1964. Jango governou até o golpe de 1º de abril de 1964. (MOURA, 2002, p. 139)

De acordo com Potyara A. P. Pereira (2002, p. 133), foi elaborado o Plano Trienal contemplando reformas Institucionais de Base (administrativa, bancária, fiscal e agrária), além das conquistas no campo do trabalho, como a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), do 13º salário, do salário-família para o trabalhador urbano e a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS). Além da área do trabalho, outros setores também apresentaram algum avanço: no campo da educação, houve a criação da Lei de Diretrizes e Bases, do Programa de Alfabetização de Adultos (baseado no método Paulo Freire) e do Movimento de Educação de Base (MEB); na saúde, a criação de um Novo Código Sanitário, com uma visão mais orgânica de saúde, e por fim, a política de habitação, que não mereceu grande atenção por parte do governo.

Para a autora, é importante lembrar que tais conquistas se deram devido à organização e mobilização da classe operária, o que provocou a inquietação de setores conservadores e da classe média, que temiam o socialismo. Dessa forma uniram-se às forças agromercantis, a fim de agirem contra Goulart, culminando com o golpe militar de 1º de abril de 1964⁶ (PEREIRA, 2002, p. 1340).

A propósito, Mariana Maciel Abreu (1996, p. 61), citando Gramsci, destaca:

[...] os processos revolucionários de transformação da sociedade, não se restringem ao somatório de transformações econômicas e rupturas políticas violentas, supõem também uma ação decisiva das superestruturas político-ideológicas, capazes de gerar um consenso relativo entre as diversas forças sociais que estão ou chegarão ao poder (GRAMSCI, 1978a).

1.8 O processo de evolução e reconceituação do Serviço Social no Brasil

⁶ Nítida modificação no conteúdo do Estado, este deixa de ser uma organização eminentemente populista, para tornar-se tecnocrática e centralizada (PEREIRA, 2002, p.135).

Como bem traduziu José Paulo Netto ao referir-se ao seminário ocorrido no Peru sobre “Trabajo Social”, quanto à atuação profissional no Serviço Social, esta, aos poucos, perde o caráter doutrinário, cedendo espaço para a formação técnica, buscando maneiras mais adequadas de se obter respostas às demandas sociais, pois deve-se considerar que a função do Serviço Social se modifica conforme modificam-se as conjunturas políticas e econômicas, determinando sua inserção em espaços distintos no processo acumulativo do capital (PAULO NETTO, 1986, p. 65).

Para Janete L. Martins de Sá (1995, p. 71), quando a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) foi organizada, em fevereiro de 1946, já existiam cerca de treze cursos de Serviço Social no Brasil, sendo que apenas três participaram da fundação oficial: a Escola de Serviço Social de São Paulo, o Instituto de Serviço Social de São Paulo e o Instituto Social do Rio de Janeiro. A principal finalidade da associação era a de agregar escolas a fim de promover o intercâmbio e colaboração entre os seus membros, promover a adoção de um padrão mínimo de ensino e representar os interesses coletivos das escolas. Foi só a partir da década de 60 que teve início uma considerável expansão do Serviço Social no Brasil, inclusive em relação ao número de escolas.

Segundo Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, este período se caracterizou por debates, com tendências contestadoras e inovadoras, deixando de ser o Serviço Social uma instituição essencialmente conservadora, passando por um processo de “modernização” (2003, p. 359).

Relatam os autores acima (2003, p. 364-365):

Esse processo de revisão da profissão é uma exigência da realidade, uma vez que, para atender as demandas, torna-se indispensável a adoção de padrões e técnicas modernas que se contraponham àquilo que poderia oferecer o chamado ‘Serviço Social tradicional’. Essa modernização se caracterizará pela preocupação com o aperfeiçoamento do instrumental técnico, de metodologias de ação, da busca de padrões de eficiência, sofisticação dos modelos de análise e diagnóstico.

Maria Ozanira da Silva e Silva (1995, p. 44) considera o movimento de reconceitualização no Serviço Social no Brasil como responsável pelo salto

qualitativo dado pelos profissionais, principalmente no que se refere ao fato de os mesmos assumirem uma posição político-ideológica, sendo a dimensão política da prática profissional extremamente importante, bem como a busca pela compreensão global da realidade.

De acordo com José Paulo Netto (2005, p. 84) “o marco inicial da Reconceituação no Brasil foi o ‘I Seminário Latino-Americano de Serviço Social’, realizado em maio de 1965, em Porto Alegre, com a presença de 415 participantes do Brasil, Uruguai e Argentina”.

Para Paulo Netto, a principal conquista da Reconceituação define-se, principalmente, na recusa do profissional de Serviço Social em situar-se como um agente técnico puramente executivo, passando a reivindicar atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção microssocial, onde deve-se valorizar nas funções profissionais, o estatuto intelectual do assistente social, abrindo também para a inserção da pesquisa como atributo também do Serviço Social.

A partir desse período, tem início um processo participativo dos profissionais, com surgimento dos debates, fóruns, conferências, seminários, entre outros eventos, cuja importância foi primordial para a evolução e aprimoramento do Serviço Social no Brasil e no mundo.

1.9 O golpe de abril: Os militares no poder

Potyara A. P. Pereira (2002, p.134), define como tecnocrático-militar, o período que vai de 1964 a 1985, compreendendo vários subperíodos e governos, apresentando uma identificação comum com o autoritarismo e com o regime de exceção que, por vinte anos, vigorou no país.

Segundo José Paulo Netto (2004, p. 25):

[...] O desfecho de abril foi a solução política que a força impôs: a força bateu no campo da democracia, estabelecendo um pacto contra-revolucionário e inaugurando o que Florestan Fernandes qualificou como, “um padrão compósito e articulado de dominação burguesa” Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a

derrota das forças democráticas, nacionais e populares; todavia, o seu significado histórico-social era de maior fôlego: o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira.

A repressão, durante este período, apresentava mecanismos duros de ação como: prisões arbitrárias, cassações políticas, intervenções em sindicatos e universidades, além da tortura. Com o AI-5⁷, a repressão tornou-se ainda maior (HELP, 1997, p. 282).

A respeito, pontuam Yamamoto e Carvalho (2003, p. 362):

O modelo político que se impõe tem em vista a adequação do poder de Estado às novas necessidades do processo de acumulação, de modo a fortalecer a grande unidade de produção pública ou privada, nacional ou estrangeira. Significa que a política de incorporação subordinada de interesses das classes populares, que se havia verificado durante o governo populista, torna-se secundária em face da nova correlação de forças e base social de apoio ao governo central. Tratava-se da necessidade prévia de desarticulação dos instrumentos de defesa das classes populares para impor a radicalização do modelo de acumulação, necessário à afirmação do novo patamar em que se situava internamente o aprofundamento do capitalismo, bem como sua inserção na divisão internacional do trabalho. O conjunto de novas necessidades tem como suporte o poder do Estado, que assume tanto funções repressivas no plano social, como modernizadoras no plano administrativo. Ganha relevo a política de apoio e subsídio ao grande capital, ao mesmo tempo em que, progressivamente, tornam-se dominantes, dentro do aparelho de Estado, os representantes da aliança entre as forças armadas e a tecnoburocracia, expressando os interesses daqueles setores do capital.

Para José Paulo Netto (2004, p. 16), o golpe de abril significou entre outras coisas: uma tentativa de adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos, habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e por fim, controlar qualquer tendência revolucionária ou socialista.

Somente no final da década de 70 e início de 80, é que surgiram os primeiros sinais da abertura política, principalmente no governo Geisel, que

⁷ O AI-5 reiterava alguns artigos dos atos institucionais anteriores, ampliando desmesuradamente o autoritarismo do supremo mandatário da nação, e de seus principais assessores, tornando-se estes detentores absolutos do poder (SILVA, 1992, p. 297).

enfrentou vários movimentos sociais em torno dos pleitos pela democracia. Como resposta imediata a esses movimentos, ampliou-se o leque de benefícios da ação do Estado, sendo que pela primeira vez ouviu-se falar em desenvolvimento social.

Potyara A. P. Pereira (2002, p.148) entende que, no início e meados da década de 80, aconteceu o período de transição para a democracia liberal, graças à mobilização popular; aos avanços civis e políticos; à campanha pelas “Diretas já”; à uma reorganização institucional que culminou com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte; e, por fim, a uma concepção de proteção social, onde tanto os direitos sociais quanto os políticos receberam uma atenção especial.

No entanto, essa situação não perdurou por muito tempo, pois entre 1980 e 1985, já no governo Figueiredo, houve uma forte desarticulação do esforço de desenvolvimento social, que ocorrera nos últimos três anos do governo Geisel, através da diminuição dos gastos sociais, provocando o aumento do desemprego, da pobreza, a queda real dos salários, ou seja, a restrição da capacidade governamental em apresentar respostas políticas que realmente atendessem às necessidades humanas básicas (PEREIRA, 2002, p. 147).

Iniciou-se o processo de decadência do regime militar, que se deu devido à crise econômica que o Brasil vinha enfrentando, aliado à má administração dos governos Médice, Geisel e Figueiredo.

1.10 O Serviço Social no período de repressão

No final da década de 60 e durante os anos 70, aconteceram no Brasil importantes seminários, como os de Araxá⁸, Teresópolis⁹ e Sumaré¹⁰, considerados marcos históricos do Serviço Social, resultados de desenvolvimento científico, estudos e reflexões realizados por profissionais competentes influenciados por acontecimentos sociais e políticos. Tais seminários não tinham a

⁸ Realizado em Araxá - Minas Gerais, em 1967. Assunto: “Teorização do Serviço Social”.

⁹ Realizado em Terezópolis - Rio de Janeiro. Assunto: “Metodologia em Serviço Social”.

¹⁰ Realizado em Sumaré, no Centro de Estudos da Arquidiocese – Rio de Janeiro. Assunto: “Cientificidade do Serviço Social” (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – Teorização do Serviço Social, 2 ed., 1986, p. 9).

pretensão de serem definitivos. O principal objetivo era promover debates posteriores, além de estimular a realização de novas pesquisas e estudos, buscando teorizar sobre o desenvolvimento da profissão face à realidade brasileira (CBCISS, 1986, p. 7).

O Serviço Social, que vinha avançando na sua perspectiva modernizadora, acabou sendo reprimido com o período militar, pois este não dava abertura para o desenvolvimento de uma reflexão teórica mais crítica da realidade social. Contudo, de acordo com Vicente de Paula Faleiros (2005, p. 24-25), apesar da ditadura, alguns grupos de profissionais defendiam uma perspectiva de profunda transformação social das estruturas de exploração e opressão da maioria, onde a participação social e política passassem a ser questão fundamental de transformação da sociedade e do sistema dominante. A formulação de um pensamento crítico no Serviço Social, vinculado às lutas de classes, foi resultado de um processo histórico complexo de resistência ao imperialismo e à ordem dominante, de organização das classes subalternas e de construção de um projeto político de aliança entre intelectuais e dominados, explorados e oprimidos, na luta por profundas mudanças.

Teve início o processo de ruptura do Serviço Social tradicional, cedendo aos poucos espaço para uma perspectiva teórica mais crítica da profissão, baseada numa linha filosófica materialista dialética – Marxista, onde o homem deixa de ser um ser genérico, e passa a ser compreendido como um ser social.

1.11 O período da democracia liberal

Depois de 21 anos de governo militar, Tancredo Neves foi eleito presidente através de eleições indiretas, não chegando a tomar posse, pois, estava com a saúde muito debilitada, sendo que na noite de 21 de abril de 1985, o povo entristecido chorou a sua morte. Tomou posse com plenos poderes o vice-presidente José Sarney (SILVA, 1992, p. 318).

A Nova República herdou, do regime militar, um país em condições lastimáveis. A economia estava em crise, a sociedade à beira de um processo de desintegração e a estrutura fracassada. Para enfrentar a crise o governo tinha

que agir simultaneamente nas áreas política, econômica e social, de forma rápida e decidida. Em fevereiro de 1986, criou-se o Plano Cruzado, cujas medidas ficaram conhecidas como “choque heterodoxo”. Choque, porque pretendia eliminar a inflação rapidamente, e heterodoxo porque misturava princípios da teoria econômica ortodoxa com outros componentes diferentes (COLEÇÃO ANGLO, 1991, p. 162).

No início, o Plano Cruzado parecia dar certo, os preços se estabilizaram, a inflação caiu e os juros baixaram. Ocorreu que o crescimento da procura não foi acompanhado pelo da oferta, surgindo então a escassez das mercadorias e o ágio, que nada mais era do que a inflação disfarçada. Dessa forma a situação econômica deteriorou-se completamente (MOURA, 2002, p. 163).

Contudo, este período, também denominado de “Transição Democrática”, foi extremamente importante, pois culminou com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, em 1986, e tanto os direitos sociais quanto as políticas concretizadoras desses direitos receberam atenção especial.

Pela primeira vez na história política do país, houve a inclusão da assistência social numa Constituição Federal, na condição de componente do Sistema de Seguridade Social de direito e cidadania. Em 5 de outubro de 1988, finalmente, foi promulgada a nova Constituição Federal, que embora apresentasse um cunho conservador, representava significativas mudanças sociais e políticas no Brasil (PEREIRA, 2002, p. 148).

1.12 O período neoliberal

Para Maria do Carmo Brant de Carvalho (1999, p. 21), no final dos anos 80 e início dos anos 90, o processo de globalização avançou, houve o triunfo do capitalismo planetário e ausência de crescimento econômico nos países periféricos, além da fragilidade do Estado-Nação. A onda neoliberal fazia crer nas vantagens de um mercado livre e sem controle.

Em 1989, pela primeira vez em 29 anos, o presidente foi eleito diretamente pelo povo. Em março de 1990, Fernando Collor de Mello assumiu a Presidência.

Surgiu como o messias, salvador da pátria, amigo dos pobres e dos descamisados. Lançou o ousado Plano Collor, que inicialmente reduziu consideravelmente a taxa inflacionária, causando expectativa, porém, em dois anos o Plano fracassou e a inflação encontrava-se no patamar de 21% ao mês (SILVA, 1992, p. 332).

O governo Collor foi marcado pela persistência da inflação, e pela prática da corrupção, sendo ele quem primeiro adotou medidas liberalizantes de integração da economia nacional com a internacional, tais como a suspensão de barreiras tarifárias para compras no exterior, desregulamentação das atividades econômicas, privatizações das empresas estatais, etc. O descontentamento da maioria dos brasileiros com a ineficiência e corrupção, fez com que, em 1993, acontecesse o impeachment de Collor, e o vice-presidente Itamar Franco assumisse a direção do governo (PEREIRA, 2002, p. 163-164).

Segundo Potyara, Itamar defrontou-se com um cenário de estagnação e destruição do sistema de proteção social construído desde os anos 30. Mesmo assim conseguiu controlar a inflação por meio do Plano Real, adotando o Real como nova moeda, atrelando artificialmente a cotação desta com o dólar. Outros feitos sociais que mereceram destaque foram: a aprovação em dezembro de 1993, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); a readmissão de vários funcionários públicos demitidos por Collor; e a criação do Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida (PCFMV), que não conseguiu atingir os objetivos pretendidos (2002, p. 165-166).

Com o fim do mandato de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente, para o período de 1995-1999, sendo reeleito em 1999.

A maior conquista de Fernando Henrique Cardoso, foi a vitória contra a inflação, e deveria ser mantida a qualquer custo. Mas começaram a surgir as conseqüências negativas, como por exemplo: o fato de que o governo não criava condições para as empresas nacionais concorrerem com o mercado externo; a manutenção do real sobrevalorizado em relação ao dólar fazia com que os produtos estrangeiros fossem baratos no Brasil; o desequilíbrio das contas externas; a manutenção da alta taxa de juros, etc. (MOURA, 2002, p. 170-171).

Para Potyara A. Pereira (2002, p. 172), a preocupação com a estabilidade da moeda e com a reeleição à Presidência da República, desviou ainda mais a atenção do governo, o que contribuiu para aumentar os problemas econômicos e sociais. Para não dizer que a área social ficou completamente esquecida, FHC criou o Programa Comunidade Solidária, como estratégia de combate à pobreza, que ironicamente acabou por reeditar ações assistencialistas da Legião Brasileira de Assistência, fruto da era Vargas.

Segundo a autora, uma vez reeleito, FHC continuou prisioneiro da política de estatização, houve o agravamento do desemprego e da pobreza, adotou-se um salário mínimo que não acompanhava nem mesmo os níveis salariais de seus parceiros do Mercosul. Outra atitude foi a apresentação de um projeto de flexibilização das leis trabalhistas, provocando degradação das condições de vida dos trabalhadores e a um aumento da precarização do trabalho e da seguridade social. Tratava-se, conforme Potyara, de um governo anti-social, que ao aderir à ala mais fundamentalista do neoliberalismo, não se preocupou sequer em garantir o mínimo de proteção social (PEREIRA, 2002, p. 176).

Desde 2003, o Brasil é governado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pela primeira vez na história política do país, um representante da classe trabalhadora, pertencente ao Partido dos Trabalhadores (PT), ocupa a Presidência.

Ainda é cedo para se fazer uma análise geral sobre aspectos positivos e negativos do governo Lula. Houve inúmeras denúncias de corrupção envolvendo setores do governo, que ainda estão sendo apuradas.

Mione Apolinário Sales (2006, p. 32-33), destaca que o governo Lula optou por fazer reformas diante das quais o governo anterior recuou, ou não teve legitimidade para fazê-las. Passado o tempo de arrumação da casa, o que ficou foi muito aquém da criatividade e potencialidade política e longe da democracia participativa que historicamente passou a caracterizar o modo petista de governar. Por exemplo, o combate à desigualdade fez-se numa escala bem inferior à da manutenção dos lucros do mercado financeiro.

O programa que causou maior expectativa foi o “Fome Zero”, uma estratégia impulsionada pelo governo federal a fim de assegurar o direito à

alimentação adequada, priorizando as famílias mais carentes. Tal estratégia tem como objetivo contribuir para a erradicação da extrema pobreza, e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

Segundo Ariovaldo Santos (2005, p. 44), no que se refere a atual reforma sindical e trabalhista do atual governo, esta vem disfarçada sob o leque da necessidade, da modernidade ou da justiça social, mas com um objetivo claro: atender acima de tudo aos interesses do capital em seu estágio globalizado. Ainda segundo o autor, as declarações provenientes de figuras do alto escalão eliminam qualquer dúvida, fazendo com que o espírito capitalista venha à tona.

Ressalta Santos que, enquanto a constituição de uma legislação do trabalho nos anos 30 buscava conter a classe trabalhadora nos marcos legais aceitáveis para o pleno desenvolvimento da industrialização capitalista no país, hoje, seguindo as necessidades da “modernidade”, busca-se reformar o antigo arcabouço jurídico para inserir a classe trabalhadora no quadro do capitalismo globalizado.

O governo Lula, mesmo que vinculado macroeconomicamente ao capitalismo global, está sofrendo força de pressões de baixo que abrem alternativas de mudanças, onde há uma combinação das políticas sociais com serviços sociais de fortalecimento dos usuários, a fim de exigir e garantir direitos. Neste contexto, é muito importante a produção técnica e científica dos profissionais da área, que já realizaram nove encontros de pesquisa nos últimos vinte anos, sendo que o XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e o III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade foram realizados em outubro de 2004 (FALEIROS, 2005, p. 34).

Para Julia Duailibi e Otávio Cabral (VEJA, 2006, p. 55), é de se lamentar que os últimos governos do Brasil deixaram sua marca no que se refere a violação de direitos na forma da exploração ilegal de dados bancários. No governo de Fernando Collor, o então presidente do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho, usou informações bancárias de opositores – políticos e empresários – para conter a maré pró-impeachment. Já no primeiro mandato de Fernando Henrique, uma lista com dados bancários de nove parlamentares do PPB, produzida dentro do Banco do Brasil, foi usada para constranger os políticos a votarem conforme o desejo do governo.

No governo atual, o abuso autoritário não soa como caso isolado, acidental, mas parece integrar um todo ameaçador devido a outras atitudes autoritárias cometidas no passado recente, como por exemplo, a ameaça de controlar a imprensa, televisão e cinema.

Há também o caso do caseiro Francenildo Santos Costa, que teve seu sigilo bancário devassado, depois que apresentou denúncias contra o então Ministro da Fazenda, Antônio Palocci.

Sabe-se que 2006 é um ano político. Os brasileiros escolherão o presidente do Brasil, e Lula vai tentar a reeleição. O que se espera é que os governantes independentemente de partido político, olhem mais para o social, para que haja menos corrupção no Brasil, maior desenvolvimento econômico, menos desigualdade social e mais respeito ao povo brasileiro.

1.13 O Serviço Social e o processo de ruptura

Os aspectos políticos, sociais e econômicos são extremamente importantes na construção e evolução do Serviço Social no Brasil. Afinal esta é uma profissão que trabalha com as expressões da questão social, determinadas por um sistema capitalista excludente, onde o papel do Estado é imprescindível, no que se refere às políticas sociais como direito do cidadão.

Com o movimento de reconceituação, desenvolveu-se uma crítica às formas de intervenção profissional, tanto nos âmbitos de ação quanto aos seus métodos de atuação. Isso se deu pelo caráter reprodutor das relações sociais que o Serviço Social detinha. A consciência de um exercício profissional marginal e segmentado não pode produzir impacto importante nem na profissão, nem numa perspectiva mais ampla de transformação social, por isso, a necessidade de um projeto profissional que estivesse vinculado a um projeto político coletivo novo, visto que a atuação profissional deve ser sempre situada no contexto das relações sociais concretas de cada sociedade (ANIUAS, 1986, p. 69).

De acordo com Marilda V. Yamamoto (2001, p. 50), a década de 80 foi extremamente importante para o direcionamento ético-político do Serviço Social.

As diretrizes norteadoras do projeto profissional se desdobraram no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993 e na lei 8662/93 que regulamenta a profissão, resultantes de discussão e construção coletiva dos profissionais realizadas ao longo de duas décadas.

O “Serviço Social Crítico” vem redimensionando radicalmente a imagem social da profissão, sendo reconhecido no plano acadêmico como área de produção de conhecimento, interagindo com as ciências sociais, e participando de forma expressiva da formulação de políticas sociais, dispondo de uma certa hegemonia na produção teórica do campo profissional, resultado do forte investimento na pesquisa. A existência deste “Serviço Social Crítico” que hoje implementa o chamado projeto ético-político, é prova da permanente atualidade da Reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo, mostrando que mesmo depois de cerca de 40 anos ainda continua viva (PAULO NETTO, 2005, p. 18).

Hoje o Serviço Social têm um compromisso com valores e princípios definidos pelo Código de Ética, buscando a superação da ordem burguesa, e uma direção social que implica na defesa dos direitos sociais conquistados e sua ampliação, ultrajados pela política neoliberal, tendo como horizonte a autonomia, a emancipação, a ampliação da cidadania, a diminuição da desigualdade social, etc. Enfim, o maior desafio é formular propostas que façam frente à questão social, e que sejam solidárias ao modo de vida daqueles que a vivenciam como sujeitos que lutam por uma vida digna, sendo um dos caminhos para atingir tais objetivos, a busca de conhecimento e informação, pois um profissional alienado, numa sociedade tão dinâmica e desigual, pode levar a uma prática conservadora, reprodutora da ordem dominante.

2 PESQUISA – FONTE DE CONHECIMENTO

Segundo Pedro Demo (2000, p. 34), a pesquisa se define, sobretudo pela capacidade de questionamento, que não admite resultados definitivos, estabelecendo a provisoriedade metódica como fonte principal da renovação científica. Para descobrir e criar é preciso primeiro questionar, sendo o cientista fundamental para o domínio da realidade.

Para o autor, pesquisar é sempre dialogar, no sentido de produzir conhecimento do outro para si, e de si para o outro, dentro de um aspecto comunicativo, sendo que quem não pesquisa apenas reproduz ou apenas escuta. Colocar o conhecimento como algo transformador é processo político de conquista, de criação, de construção, que depende da qualidade política dos pesquisadores no contexto social (DEMO, 2000, p. 39).

Franci Gomes Cardoso (1998, p. 27), diz que a pesquisa se insere na formação profissional do Assistente Social como uma exigência no processo de superação do pragmatismo, marcante na história de sua prática profissional e que ainda se faz presente na contemporaneidade.

Está a pesquisa vinculada à emergência de um novo tipo de sociedade, ou seja, capitalista, que inaugura e legitima uma modalidade de conhecimento “erudito”, o científico, que forja condições específicas para a formação de profissionais, atribuindo-lhes autoridade para explicar e apreender os fenômenos sociais. Neste contexto surge o Serviço Social como profissão para intervir nas seqüelas da questão social, oriundas do conflito entre capital e trabalho (KAMEYAMA, 1998, p.33).

Janete L. Martins de Sá (1995, p. 44), transcreve:

O processo de conhecimento corresponde ao produto da atividade do homem sobre a realidade objetiva e material, no sentido de transformá-la, daí a denominação de modelo objetivo-ativista. Não se trata, portanto, de um ativismo pedagógico, mas da práxis, da interação teoria-prática, ação-reflexão, da atividade prática concreta. O sujeito da relação cognitiva é um ser concreto, o ser das relações sociais, o ser sempre ativo que introduz algo de si no conhecimento, que é, por conseguinte, um processo subjetivo-objetivo, visando a verdade absoluta mediante a acumulação das verdades relativas.

Na realidade histórica o procedimento científico é, ao mesmo tempo, aquisição de um saber, aperfeiçoamento de uma metodologia e elaboração de uma norma, sendo que o que é produzido em dado momento, não é acrescentado simplesmente ao que já foi produzido, mas cria novas condições que tornarão possível uma produção futura. A ciência não pode ser o prolongamento de uma visão espontânea do mundo, nem a formulação um pouco sofisticada do que se oferece à percepção. Não existe um momento em que se pode dizer que a construção do objeto está acabada e que a fase da análise começa. Na realidade a construção prossegue, numa operação contínua, nunca acabada, pois a partir do momento em que se consegue construir algo, surgem novos problemas (VIEIRA et al, 1986, p. 119).

O conhecimento foi se desenvolvendo, conforme as próprias ações humanas expandiam-se, devido ao crescimento das necessidades estimuladas pelas experiências sociais, muitas impostas pelo sistema de produção determinante das relações sociais. Este representa formas de se expressar do homem e da sociedade no mundo das artes, da política e do trabalho (SETUBAL, 2005, p. 28).

2.1 A História da pesquisa no Serviço Social

Para compreender a história da Pesquisa no Serviço Social, desde a sua origem até atual conjuntura, faz-se necessário uma breve retrospectiva sobre a evolução das bases doutrinárias adotadas pela profissão durante o processo de implantação e inscrição na divisão sócio-técnica do trabalho.

Segundo Maria Ozanira da Silva e Silva (1995, p. 35-37), como visto anteriormente, o Serviço Social se institucionaliza como profissão quando o capitalismo industrial consolida sua liderança a nível mundial no século XIX, nas décadas de 20 e 30, no seio da hegemonia do capital industrial sobre o comercial, para dar respostas sociais às classes subalternas, operando os conflitos sociais e beneficências, decorrente da industrialização, na manutenção da ordem vigente, por iniciativas dos grupos dominantes e por intermédio da Igreja Católica.

No período marcado pela Revolução de 30, Getúlio Vargas estimulou o desenvolvimento industrial e a instalação de política protecionista que levaria à crise mundial. Porém a igreja conquistava resultados significativos, nesse mesmo momento, com a aprovação da Constituição de 1934 com claros aportes do catolicismo.

Para Raul de Carvalho (1981) apud Manuel Manrique Castro (1993, p. 98), a Carta de 1934 trouxe garantias favoráveis à igreja:

Além de reconhecimento explícito do catolicismo como religião oficial, da indissolubilidade do matrimônio com a validação do casamento religioso pela lei, ela garantia o acesso a igreja a educação pública e a todas as instituições de interesse coletivo. Garantia pois, a institucionalização de alguns dos seus princípios fundamentais e posição no aparelho de Estado essenciais a sua função de controle social e político.

A partir de então, a igreja tornava-se mais influente e o Serviço Social atuava junto às entidades religiosas expressando as doutrinas da ação social cristã e da assistência pública do Estado, com caráter humanitário e filantrópico, prolongamento da Ação Católica, pautado em pressupostos teóricos da linha tradicional e ortodoxa do neotomismo, fundamentada na Doutrina Social da Igreja e da Ética.

A formação profissional dos assistentes sociais parte da influência européia, através do curso Centro de Estudos e de Ação Social CEAS, fundamentado nos princípios neotomista e nos ensinamentos cristãos (SILVA, 1995, p. 39).

As escolas nasciam sob a decisiva inspiração católica, no interior dos movimentos pela qual a igreja buscava promover a reintegração social, sendo este trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, com intuito de dar respostas às questões sociais que emergiam com movimentos dos operários.

O Serviço Social se desvelava numa complexa trama de articulação do projeto burguês, levando sua prática a se caracterizar de maneira nebulosa e alienadora.

Maria Lúcia Martinelli (1997, p. 125), explica, que com o golpe de 10 de novembro de 1937, através do qual se instalou o Estado Novo, o Serviço Social iniciou sua trajetória de profissionalização.

A identidade fortemente arraigada na imediaticidade, nas respostas espontâneas e alienantes, acabou por produzir práticas de dominação da classe burguesa, com o objetivo de ajuste ideológico junto à ação cristianizadora das décadas de 30 e 40, estratégias da burguesia para manutenção da ordem. Assim, vinculada ao modelo Franco Belga, a formação profissional se limitou a capacitação essencialmente pessoal e moral (MARTINELLI, 1997, p. 127-128).

No Brasil, o Serviço Social passou a receber influência norte-americana, através de bolsas de estudos resultantes dos convênios entre Getúlio Vargas e o governo dos Estados Unidos.

Segundo Maria Ozanira da Silva e Silva (1995, p. 41), a influência norte-americana vinculava-se à construção de uma metodologia de ação eficaz no trabalho social, pautando-se numa visão harmônica de sociedade e de neutralidade das ciências.

Para a autora, metodologicamente os estudos não centravam-se na estrutura global a partir de uma perspectiva histórica, mas sim, em comportamentos individuais, assumindo o empirismo¹¹ como tendência dominante, cuja exigência limita-se a habilidades técnicas como entrevista e observação.

A formação profissional passou a dar ênfase à instrumentalização, com a valorização de técnicas e métodos, deslocando-se do eixo neotomista¹² para o pressuposto funcionalista¹³ da sociologia.

¹¹ Empirismo: O homem produz conhecimento pela observação direta e neutra da realidade, cujo resultado do processo de produção de conhecimento é representado pelas leis, que são consideradas universais e imutáveis em sua aplicação (OQUIST 1977, apud SILVA, 1991, p. 95).

¹² Neotomismo: Doutrina filosófica que procura conciliar os ensinamentos de São Tomas de Aquino com as exigências das ciências modernas. (RIOS, 2001, p. 395)

¹³ Funcionalista: doutrina segundo a qual, a base de toda e qualquer organização social se condiciona à unidade funcional das partes harmônicas, ligadas solidamente entre si. Tal teoria foi estabelecida por Bronislaw Malinowski, que viveu nos séculos XIX e XX, antropólogo polonês, fundador da Escola Funcional de Antropologia Social. Das suas obras, a mais importante é: *Argonautas of the Western Pacific*. Esta doutrina encerra uma idéia muito importante: é a de que qualquer agrupamento social deve ser observado no seu todo. Segundo o funcionalismo, as necessidades humanas instituem elementos culturais, cuja função é satisfazê-las. As primordiais são as biológicas, originando outras, denominadas imperativos culturais. O princípio básico do

Na década de 60 as Escolas de Serviço Social começaram a integrar-se aos centros universitários, respaldados em pressupostos técnicos positivistas¹⁴.

Ainda sob a influência norte-americana, como mencionado anteriormente, desenvolveu os métodos de Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo, Organização de Comunidade e Desenvolvimento de Comunidade.

Maria Ozanira (1995, p. 42), entende que tal influência na América Latina para articular-se ao capitalismo tentou superar o voluntarismo, tendo o Serviço Social no contexto de grandes transformações desenvolvimentistas, buscado o aperfeiçoamento técnico e instrumental de intervenção, proporcionados pela expansão do capitalismo industrial.

Para a autora, na década de 50 e 60, registrou-se um importante avanço na formação profissional com bases científicas, através da tecnificação da profissão e da capacitação de mão-de-obra que executasse programas sociais, e atendesse às novas necessidades, com proposta de transformação da sociedade.

2.2 O conservadorismo e a pesquisa

No Brasil, a década de 60 foi marcada por movimentos de rua, e as organizações populares cresciam, em mobilizações resultantes do golpe militar de 1964 (MARTINELLI, 1997, p. 141).

O agravamento do quadro político nacional proporcionava ao Serviço Social uma atuação baseada em doutrina de caráter conservador, alienante, incapaz de somar esforços para construção e preservação de espaço democrático em uma sociedade oprimida pela ditadura militar (MARTINELLI, 1997, p. 142).

funcionalismo, cujas normas constitutivas de uma cultura se vinculam, é, até hoje, aceitos pelos estudiosos de Etnologia (PAGE, 1981, p. 1045-1046).

¹⁴ Positivistas: Dentre as doutrinas que fundamentava a ação profissional encontrava-se o Positivismo, baseado numa visão estática e mecânica da sociedade, tratava o homem como ser abstrato, e o Estado era considerado responsável pelo desenvolvimentismo do país (SILVA, 1991).

O conservadorismo representava não apenas uma continuidade e persistência no tempo de um conjunto de idéias constituídas de herança intelectual europeia do século XIX, mas idéias que explicavam a manutenção da ordem capitalista (IAMAMOTO, 1997, p. 23).

Exatamente à partir de 64, surgiram novas exigências para a categoria do Serviço Social, decorrentes do modelo de produção capitalista monopolista.

Segundo a autora, o quadro político e econômico do país levou a uma interpretação de ambigüidade, por apresentar a questão econômica como responsável pelos problemas assistencialistas e, de outro lado, os direitos e conquistas da classe trabalhadora assumiram a visão de concessões e benefícios, reafirmando a atuação do Serviço Social na manutenção dos interesses da classe dominante, negando qualquer ação crítica que levasse à alteração do sistema (IAMAMOTO, 1997, p. 34).

2.3 A busca pela superação do conservadorismo

Com o movimento político militar de 1964, as manifestações não conseguiram obter maiores conquistas, por se apresentarem fragmentadas e focalizadas, levando a uma organização na década seguinte.

O processo histórico do Serviço Social foi marcado pela fragilidade da consciência social da categoria. Estigmatizada pela identidade que até então foi atribuída pelo modelo capitalista da atuação imediatista e compensatória, na manutenção dos interesses dominantes, a profissão pouco evoluiu no processo organizativo (MARTINELLI, 1997, p. 128).

Somente a partir de 1965, com o amadurecimento político, iniciou-se o movimento de Reconceituação, como resposta à crise da profissão, afetada pela dificuldade conjuntural e estrutural da realidade brasileira.

Maria Lúcia Martinelli (2001, p. 144) cita análise de Marx e Engels, quanto a idéias revolucionárias:

[...] “a existência de idéias revolucionárias numa determinada época já pressupõe a existência de uma classe revolucionária” (Marx e Engels, 1984: 73), o que, além de impulsionar o Movimento de Reconceituação, determinava também a expansão da base crítica da categoria profissional. Esta, bastante marcada ainda pelo signo da alienação, encontrava-se envolvida por uma prática que, enquanto generalidade abstrata, se consumia na simples imediatidade, consumindo, na mesma medida, a consciência daqueles agentes que conseguiam se aperceber da reificação e se revoltar contra suas amarras

Naquela época o Serviço Social conviveu em seu interior com a alienação e a crítica. Tudo isto levou a um intenso movimento de negação e confronto, reproduzindo o momento histórico atual.

A prática tradicional lutava para permanecer na ativa, respondendo às demandas institucionais à sua maneira, porém o Movimento Dialético manifestava-se como alternativa viável e necessária à profissão e ao meio social, sendo apresentado com um posicionamento crítico diante dos problemas da sociedade, visando à busca do conhecimento científico que explicasse a realidade na sua complexidade, em que as relações sociais são estabelecidas como intuito de intervir nas expressões sociais, contribuindo com a construção de nova ordem societária (MARTINELLI, 1997, p. 146-148).

O Serviço Social enquanto uma categoria de atuação junto aos setores empobrecidos, através de atendimento, tecnificação e pragmatismo, contribuiu com elementos importantes para a ruptura conservadora.

A tomada de consciência da categoria fecundou a dimensão da identidade profissional, determinando um novo percurso e buscando maior aproximação com a classe popular.

Para Martinelli (1997, p. 148), foi neste momento que o Serviço Social extrapolou os limites institucionais, impondo-se como produtor de conhecimento e da realização da pesquisa como auxílio para entender as novas exigências que são impostas para sua intervenção.

A profissão se ressentia da necessidade, de produzir conhecimento em termos de pesquisa, para dar sustentabilidade às suas intervenções profissionais, diante da complexidade das relações sociais, e com o propósito de responder com eficiência às exigências conjunturais, representando significativo avanço da

prática social, não hegemônica, porém reconhecida pela coletividade da categoria, iniciando-se, assim, o Movimento de Reconceituação.

Segundo Antônio Geraldo de Águiar (1995, p. 26), os Seminários de Teresópolis e Araxá significaram um momento de estudo, reflexão e teorização da metodologia do Serviço Social, sendo de extrema importância para o processo de evolução do conhecimento na profissão.

Tais seminários foram marcados pelo encontro de várias entidades institucionais interessadas em rever a formação e atuação profissional, propondo novos direcionamentos para categoria.

O Documento de Araxá representou um grande avanço para a categoria dos assistentes sociais, na elaboração gradativa de um novo projeto para a profissão, vinculado ao ideário da classe trabalhadora, pois como já mencionado, a profissão, ao longo de sua formação e atuação, foi marcada por um posicionamento profissional embasado no conservadorismo tradicional, vinculado às doutrinas da igreja católica em seus primórdios (AGUIAR, 1995, p. 127).

Para o autor mencionado, o documento nasceu com o questionamento da natureza e atuação dos assistentes sociais, quanto a seu teor teórico face às mudanças significativas da realidade brasileira. Com o intuito de superar o Serviço Social tradicional fundamentado no referencial teórico funcionalista, o documento buscou por uma perspectiva dialética, inseri-lo num contexto liberal, reconhecendo a sociedade numa estruturação de desigualdade social, à qual o serviço social legitimava-se em sua atuação, buscando o aperfeiçoamento das bases doutrinárias que até então o orientaram, através da cientificidade e racionalidade.

2.4 O avanço da produção de conhecimento no Serviço Social

O avanço da pesquisa como produtora de conhecimento no Serviço Social teve um grande impulso nos anos 70 e 80, com as conferências, seminários, congressos, cursos de: pós-graduação *lato senso*, mestrado e doutorado. Com o processo de ruptura e uma filosofia teórica crítica baseada numa linha Marxista, o

assistente social passou a ter compromisso com o código de ética da profissão, cujos valores e princípios são primordiais para o seu direcionamento profissional.

O Movimento de Reconceituação expressou um salto qualitativo para o Serviço Social no processo de ruptura teórica, metodológica, prática e ideológica, propondo a superação da dicotomia teoria-prática, tendo como base a compreensão estrutural, sendo que no Brasil assumiu particularidades, além de representar traços específicos da América Latina, numa perspectiva desenvolvimentista que iniciou-se em 1965, no I Seminário Regional Latino Americano, consolidado em 1967 no encontro de Araxá, promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social- CBCISS- (SILVA, 1995, p. 44-45).

O esforço da categoria em romper com o conservadorismo no Serviço Social no período da ditadura militar (1974-1985), proporcionou muitos avanços no quadro organizacional da profissão, levando o assistente social a mergulhar na pesquisa histórica, aliando crítica teórica rigorosa do ideário profissional a um esforço em articular a crítica do conhecimento, a história e a profissão.

Foi neste cenário político e econômico que o Serviço Social entrou na década de 70 sob propostas marxistas, responsáveis pela contribuição decisiva do processo de ruptura teórica e prática com a tradicional.

O encontro do Serviço Social com idéias marxistas¹⁵ se realizou através de uma prática político-partidária, vinculada à questão estrutural do modelo econômico capitalista, que se conceitua na divisão de classe, e pelo conhecimento crítico-dialético, aos quais a profissão se fundamentou.

Portanto, pode-se notar que a ruptura com o conservadorismo foi sendo construída num contexto de conquistas e propostas do movimento de reconceituação.

Há um compromisso dos pesquisadores com um projeto que reconhece o conhecimento como instrumento fundamental na construção dos destinos da humanidade, podendo estar fundada num processo de competência técnica,

¹⁵ Fundamentada no Materialismo Dialético, Marx se contrapõe ao papel passivo do homem no processo de produção de conhecimento, e sustenta que a inteligência humana é ativa, seletiva e criativa (SILVA, 1991, p. 97).

criativa e crítica, sendo que a competência técnica requer método científico e rigor filosófico; a crítica implica em entender que a produção de conhecimento vai além da relação sujeito/objeto, envolvendo relações socioeconômicas e culturais; sendo que a criatividade tem a ver com as condições do pesquisador, requer autonomia e liberdade (SILVA et al, 2005, p. 71).

Apesar do avanço da pesquisa no Serviço Social, ainda existem muitas barreiras. De acordo com Myrian Veras Baptista (2001, p. 66):

[...] um elemento complicador, é o fato do Serviço Social se dar no real, ter uma realidade objetiva e uma base empírica, que é resultado presente provisório do processo histórico, intelectual e sócio-institucional, de legitimação de uma construção social particular da realidade, a institucionalização de uma profissão para cumprir funções determinadas na divisão sócio-técnica do trabalho. Essa institucionalização realiza-se num contexto específico de relações sociais e as transformações que nela vem ocorrendo fazem-se à medida em que se instrumentaliza para oferecer respostas aos desafios que lhe vão sendo colocados pelas novas configurações dessas relações.

Segundo Ana Maria Quiroga Fausto Neto (1998, p. 27-28), não se pode dotar o profissional de uma perspectiva crítico-investigativa, apenas capacitando-o com instrumentais de pesquisa a serem ministrados. Deve-se integrar a lógica da articulação teoria/realidade. É importante capacitá-lo para a valorização do empírico, construindo um diálogo com conceitos, e dotá-lo de uma perspectiva que complemente a criatividade e a construção do universal a partir do particular.

Para Pedro Demo (2000, p. 17), a pesquisa pode apresentar contornos muito próprios e desafiadores, a começar pelo reconhecimento de que o melhor saber é aquele que sabe superar-se, e que o caminho emancipatório não pode vir de fora, imposto ou doado, mas sim como uma conquista de dentro, ou seja, uma construção própria.

Myrian Veras Baptista (2001, p. 40), afirma que há um dualismo redutor que opõe sujeito do conhecimento e sujeito da prática, desconhecendo a articulação intrínseca entre o processo cognitivo e a ação. Através do conhecimento vai-se construindo no pensamento uma forma de ação, emergindo uma maneira peculiar de construir soluções para os problemas, lançando mão do desenvolvimento teórico e de aplicações tecnológicas. As mudanças alcançadas

podem receber interpretações teóricas e políticas, mas para tanto torna-se necessário que elas sejam convocadas e não apenas invocadas ou evocadas.

Ao buscar a compreensão da totalidade social, as profissões inscritas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais são desafiadas a estabelecerem uma interlocução que ultrapasse os limites formais de cada área específica. A interdisciplinaridade é, assim, um norte na constituição dos debates nas academias em geral e, em específico, no Serviço Social, como uma especialização das Ciências Sociais.

O Serviço Social, enquanto Ciência Social, se depara com o grande desafio: a aparente indefinição respaldada pelo frágil e precário acervo de trabalho técnico-científico, decorrente do desenvolvimento da história na qual o mesmo se institucionalizou, reconhecido por uma prática funcionalista e imediatista, assumindo diferentes bases doutrinárias para sua atuação, centrada nos interesses das classes dominantes e da igreja. Porém, diante do novo cenário histórico-conjuntural, a profissão necessita rever sua atuação e qualificação, o que leva a buscar um entendimento de como se desenvolveu a história da pesquisa no decorrer de sua profissionalização.

Para Figueiredo (1988:29) apud Nobuco Kameyama (1998, p. 35):

A fase de expansão e consolidação institucional das Ciências Sociais brasileiras começa no início dos anos 60 e torna-se mais vigorosa a partir de 1966, quando as agências de fomento à pesquisa iniciam as suas operações institucionais junto à comunidade de Ciências Sociais através de convênios, particularmente com a Universidade Federal de Minas Gerais, visando apoiar e desenvolver o ensino e a pesquisa na área de Ciências Política.

Como menciona Nobuco Kameyama (1998, p. 47-48), a área da Ciência Social neste período tem pouco incentivo quanto à realização de pesquisa decorrente do recente caráter da mesma, do questionamento, da cientificidade dos ramos tradicionais, entre outros fatores, sendo que a ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social), o CEDEPSS (Centro de Documentação em Políticas Sociais e Serviço Social) e os órgãos acadêmicos, assumiram uma nova visão na formação profissional, estimulando a realização da pesquisa, baseada em três dimensões do projeto educacional: docência teórico-prática, pesquisa e extensão.

Nobuco Kameyama (1998, p. 72-75) transcreve algumas das deficiências mais freqüentes no que se refere à pesquisa no Serviço Social:

- Dificuldade de identificar o objeto de pesquisa e construí-lo com base nas sucessivas abstrações, que a partir da realidade, permite ir gradualmente precisando, delimitando e particularizando o objeto.
- Quando o objeto não é delimitado, o pesquisador sente dificuldades para elaborar e construir seu quadro conceitual, esta dificuldade é característica das pesquisas vinculadas às práticas profissionais em instituições ou movimentos sociais.
- Dificuldade em realizar a mediação entre a universalidade, singularidade e a particularidade.
- O fato de muitas pesquisas teóricas ficarem no nível de sistematização bibliográfica, que pode ser considerado um momento pré-teórico.
- Tendência ao pragmatismo. É necessário considerar que a investigação social é instrumento para a transformação social, isto é, contribui para a transformação, mas não a realiza, porque não é sua função específica.
- Pesquisas de caráter isolado e que abordam universos muito limitados e particulares, onde os resultados não podem ser generalizados, o que não contribui para o aprofundamento e complementação do conhecimento sobre o tema.
- O rebatimento tardio de temas da área do Serviço Social faz com que os pesquisadores utilizem a bibliografia dos autores das áreas de Ciências Sociais, sem a preocupação de buscar as fontes em que os mesmos se basearam.
- Tendência à utilização do método qualitativo, considerando o método quantitativo de caráter positivista, ou por ter pouco domínio sobre os conhecimentos de estatística.
- Amplitude das áreas temáticas, o que provoca dispersão e fragmentação dos conhecimentos.

- A inexistência de uma política coerente de pesquisa, no sentido de definir prioridades e objetivos, considerando as necessidades da área, o que acarreta falta de relevância dos temas.

Tais deficiências foram identificadas em 1998, mas podem se enquadrar perfeitamente no momento atual, pois embora o Serviço Social tenha evoluído em relação à pesquisa e produção de conhecimento, ainda são muitas as barreiras a serem enfrentadas.

Lídia Maria Monteiro (1998, p. 160), define conhecimento como pensamento político e social, que reflete na posição que os homens ocupam no mundo da produção, sendo determinado socialmente e, como práxis, constituído na e constituinte da realidade. As idéias e os pensamentos só surgem e se desenvolvem quando estão presentes certas condições objetivas, e por mais abstratas que possam parecer, trazem sempre a marca de seu tempo, pois o ato de conhecer e o produto do conhecimento não podem ser separados.

Myriam Veras Baptista (1995, p. 88), destaca:

[...] O conhecimento do Serviço Social detém as mesmas características do todo do qual é uma particularidade: é uma totalidade estrutural, parcial, histórica, complexa, com dominantes. Nós não temos um único Serviço Social. Temos um conhecimento do Serviço Social que é complexo, diferenciado, o qual, historicamente, sofre a dominação de determinados modos de pensamento.

Para o assistente social, a pesquisa de situações concretas constitui o objeto de seu trabalho, é o caminho necessário para a compreensão dos fenômenos sociais particulares com os quais lida no seu cotidiano, alimentando a elaboração de propostas fincadas na realidade e capazes de acionar possibilidades de mudança nela existente. Decifrar processos sociais, tanto em determinações gerais como em suas expressões particulares, é também requisito necessário, para se superar a defasagem entre um discurso teórico genérico sobre a sociedade capitalista e os fenômenos sociais singulares, traduzida no recorrente reclamo da dicotomia entre teoria e prática (IAMAMOTO, 2001, p. 262).

A pesquisa se insere na formação do Assistente Social como uma exigência no processo de superação do pragmatismo, marcante na história da prática do Serviço Social e que ainda se faz presente na contemporaneidade. A apresentação de uma postura investigativa permanente é uma exigência fundamental na formação e atuação profissional, sendo a pesquisa, essencialmente, o desenvolvimento de processos globais e sistemáticos de produção de conhecimento (CARDOSO, 1998, p. 27).

Foi na década de 70 que o Serviço Social iniciou-se como produtor de conhecimento científico, sendo um momento privilegiado para a realização da pesquisa, pois a profissão, apesar de constituir-se como especificidade das Ciências Sociais, realizou poucas obras de pesquisas ao longo de sua história, devido à identidade que lhe foi atribuída pela classe dominante, impossibilitando maiores avanços científicos.

Para o Serviço Social, somente nas décadas de 80 e 90 teve início um expressivo incentivo à realização de pesquisa, através de concessões de bolsa de estudo para aperfeiçoamento científico, sendo que só em 1988 a pesquisa alcançou maior visibilidade e concretude, através da consolidação dos direitos sociais, garantida pela Constituição Federal.

A formação profissional e a qualificação científica adotaram uma interpretação mais globalizante da sociedade, em detrimento do estudo focalizado que direcionara sua atuação durante o processo de institucionalização.

Para o Serviço Social, seja na área acadêmica ou na área de intervenção profissional, é imprescindível a utilização da pesquisa como instrumento científico que possibilite sistematizar o conhecimento dos fatos que interessam para tendências e direções para a atuação do assistente social.

Myrian Veras Baptista e Maria Lúcia Rodrigues (1995, p. 128), ressaltam ser fato que, mesmo considerando todo esse avanço, a introdução da pesquisa no serviço social ainda vem sendo feita de maneira lenta e penosa. O seu reconhecimento como ciência na área acadêmica, a falta de tradição e de interesse específico pela formação de pesquisadores, assim como a escassez de recursos disponíveis, mostram que, infelizmente a pesquisa na área ainda é

escassa, desarticulada e pouco expressiva, sendo que além destes problemas, outro agravante é a falta de pessoal preparado para a sua realização.

2.5 Pesquisa e formação acadêmica

Para Franci Gomes Cardoso (1998, p. 27), a pesquisa se insere no processo de formação profissional do Assistente Social, como sendo uma exigência na superação do pragmatismo, muito marcante na história da prática profissional e que ainda se faz presente na contemporaneidade.

Pedro Demo (2000, p. 63), ressalta que o trabalho pessoal de pesquisa encontra expressão própria no desafio de assumir um tema para elaborar e defender, mesmo que possa restringir-se à produção teórica. O título de professor, normalmente, é reservado para quem, através do tirocínio acerbo de elaboração própria, consegue obter reconhecimento acadêmico de mérito pessoal como produtor de ciência. Antes de ser professor, pode ser assistente, docente, leitor, e conforme sua trajetória, vai forjando espaço próprio de produção, cabendo ao mesmo o papel de pesquisador e orientador, servindo de motivação para o aluno, e para o surgimento de um novo mestre.

Para o autor, na luta pela valorização profissional deve haver o compromisso com a pesquisa, no sentido da coerência emancipatória, que é o núcleo mais digno da educação (DEMO, 2000, p. 85).

Franci Gomes Cardoso (1998, p. 28), acentua:

A formação profissional do Assistente Social é um processo amplo, determinado socialmente no conjunto das relações mais gerais de uma dada formação social e no contexto contraditório da Universidade enquanto espaço institucional onde se concretiza a formação básica do profissional. É um projeto que abrange na sua estrutura: a formação acadêmica (graduação e pós-graduação); a capacitação permanente de docentes e profissionais não-docentes; a prática profissional; a prática organizativa do Assistente Social e a pesquisa como instrumento na definição e redefinição desse projeto de formação.

Segundo referida autora, para a formação de profissionais com este perfil, a pesquisa deve ser elemento imprescindível, tanto como postura permanente de

investigação na dinâmica do conjunto de disciplinas e demais componentes curriculares do curso de Serviço Social como no desenvolvimento de processos globais e sistemáticos de pesquisas que possam garantir a iniciação científica e formação de posturas investigativas do corpo discente, além da consolidação do processo de formação de pesquisadores docentes e de profissionais não-docentes envolvidos na formação profissional (CARDOSO, 1998, p. 29).

Para Maria Ozanira da Silva e Silva (1995, p. 29), a privatização do ensino superior brasileiro representa grande ameaça ao desenvolvimento de um ensino crítico, devido à subserviência dessas instituições às propostas econômicas, sociais e políticas do Golpe de 1964¹⁶, além da lógica empresarial que as rege, podendo-se destacar a massificação do ensino em salas de aula super lotadas, mecanismos de controle de professores e alunos, proletarização do professorado e de um ensino desenvolvido a partir da reprodução de um saber acumulado.

De acordo com a autora, vem se tentando romper com um modelo de formação profissional onde o aluno é colocado num papel passivo, tendo a aula como esquema pedagógico fundamental, o que permite ao mesmo habilidade em manejar um instrumental técnico, sem lhe oferecer, porém, esquemas de análise que permitam compreender a realidade global no seu movimento estrutural e conjuntural.

Tal modelo de ensino resulta em profissionais obedientes ao sistema, “neutros” por convicção e incapazes de perceberem a repercussão da prática profissional, sendo estes meros repetidores de fórmulas e alienados aos problemas enfrentados pelas massas (1995, p. 76).

As universidades devem centrar-se numa formação profissional competente teoricamente, possibilitando uma visão ampla de mundo, baseada no processo de conscientização da perspectiva gramsciana.

Luiz Eduardo Wanderley (2005, p. 165-166), sugere algumas propostas que podem ser apropriadas por distintas universidades e centros universitários:

¹⁶ Uma das primeiras medidas assumidas por Castelo Branco, em junho de 1964, foi “restaurar a ordem e a tranquilidade entre os estudantes, proibindo inclusive o funcionamento da União Nacional dos Estudantes” (SILVA, 1995, p. 25).

- Criação de ateliês de pesquisa transdisciplinar¹⁷ (ART) nas universidades;
- Criação de unidades de formação e pesquisa transdisciplinares (UFRT);
- Criação de um fórum transdisciplinar permanente de história, filosofia e sociologia das ciências (FPT);
- Criação de centros de orientação transdisciplinares (COT);
- Criação de lugares de silêncio e de meditação transreligiosa e transcultural.

Pedro Demo (2000, p. 96-97), traz alguns desafios da escola formal, para que esta consiga ocupar o lugar que lhe cabe na sociedade, que pode enquadrar-se também na formação do assistente social:

- Para além da instância de instrumentação formal necessária, a escola precisa assumir papel de espaço cultural comunitário, no qual seja possível discutir e efetivar interesses comunitários relativos à educação, mormente avançar na proposta de projeto próprio de desenvolvimento;
- Precisa apresentar-se como referência pertinente de mobilizações comunitárias que incentivem processos educativo-emancipatórios (movimentos associativos, eventos de mobilização, criações culturais);
- Caminhar na direção da oferta integral, para proporcionar aos alunos permanência condizente com o desafio de elaboração própria e à comunidade a certeza de educação tomada a sério;
- Deve cultivar a noção de patrimônio social e comunitário, que subsiste através da cooperação de todos via impostos e tributos, representando a sua qualidade, a qualidade da cidadania popular;
- Precisa acatar o controle democrático por parte da comunidade interessada, sobretudo dos pais organizados em associações respectivas, para abandonar de vez a impunidade atual, maléfica em todos os sentidos; sem misturar as lógicas das associações dos professores e dos pais ou da comunidade, é mister tornar transparente a administração pública;
- Precisa constituir-se patrimônio do professor público, porque, além de palco de realização profissional, a escola é, através de suas mãos, lugar estratégico da formação da cidadania popular;
- Precisa atualizar-se sempre, para compreender ao progresso da ciência e aos desafios da sociedade, assumindo caminhos novos de informação, materiais novos para didática, expedientes renovados de

¹⁷ A concepção de transdisciplinaridade, vem sendo desenvolvida pelo Centro Internacional de Pesquisas e Estudos transdisciplinares (Ciret) em colaboração com a Unesco, cujo objetivo é a unidade do conhecimento; diz respeito ao que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das disciplinas e além de toda a disciplina (NICOLESCU, 1997) ; educação inter-cultural e transcultural; diálogo, arte e ciência; integração da informática na educação; educação inter-religiosa e transreligiosa; educação transpolítica (WANDERLEY, 2005, p. 165).

reciclagem; é urgente evitar a imagem de casa velha, perdida no tempo, olhando para trás.

A qualidade do ensino superior hoje requer a indissociável integração entre ensino, pesquisa e extensão, não somente como princípio, mas como realidade efetiva na construção do projeto acadêmico-pedagógico do curso. Isso faz com que haja espírito crítico, através de formas vivas e dinâmicas de apropriação e elaboração de conhecimento por parte dos docentes e discentes, possibilitando aliar o trabalho rigoroso, requerido pela produção intelectual, ao prazer da experiência criadora, fertilizada pela convivência democrática na comunidade acadêmica e na interlocução com a sociedade (IAMAMOTO, 2001, p. 260).

O Serviço Social, quanto à consolidação do projeto ético-político que orienta e direciona o trabalho profissional e o processo de formação do assistente social, supõe uma formação generalista, sólida, sempre pautada pela crítica social e pela competência teórico-metodológica e operativa, pelas Diretrizes Curriculares, pela teleologia do Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão¹⁸ (SILVA, 2005, p. 36).

No que se refere aos projetos de pesquisa, no campo da atuação profissional na área da educação, estes são mais escassos, talvez pela pouca inserção do profissional nesta área, diferentemente dos países como Estados Unidos, Reino Unido e França. No entanto, existem projetos sobre a sistematização da prática do assistente social em centros de formação profissional na área de educação e tecnologia, bem como a atuação do Serviço Social em projetos de educação escolar no âmbito da extensão universitária (SILVA et al, 2005, p. 103).

De acordo com Luis Carlos Menezes (1996, p. 53), a formação humana torna-se mais eficaz, se estiver fundada em atividades individuais e coletivas dos educandos, e quanto mais envolverem e desenvolverem os valores humanos, através de percepção e sensibilidade, das habilidades físicas, social-afetivas, artísticas, não só as cognitivas, de raciocínio ou de atenção, pois, no que se refere à formação profissional, ou seja, à capacitação para se realizar

¹⁸ Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), n.º 8742, de 07 de dezembro de 1993.

determinadas atividades práticas, torna-se necessário uma real intimidade com o fazer concreto de cada profissão.

2.6 Novas propostas de diretrizes curriculares

Para Yamamoto, no que se refere a nova proposta de diretrizes curriculares para o curso de graduação em Serviço Social, elaborada pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), resulta de acúmulo de debates, troca de experiências e produção acadêmica em torno da formação profissional e revisão curricular (2001, p. 261).

O esforço de uma revisão curricular vem se desenvolvendo desde meados da década de 70, onde busca-se uma participação efetiva das reflexões sobre a questão da formação profissional coordenadas pela ABESS. A evolução desse processo vem sendo entendida por professores e alunos, numa perspectiva ampla de avaliação e redefinição da formação profissional, como revisão da própria profissão e no contexto de rearticulação da política da sociedade brasileira (SILVA, 1995, p. 75).

Yamamoto (2001, p. 269), considera que quanto a dimensão da prática na formação profissional, esta tem sido considerada o “primo pobre” nas revisões curriculares, assumindo posição residual e de pouca importância na produção acadêmica. Poucas unidades de ensino têm definida uma política de prática acadêmica de pesquisa e de estágio, não chegando a ganhar posição de prioridade nos debates da ABESS. Propostas alternativas foram ensaiadas, mas, como experiências isoladas no cenário da formação em Serviço Social no Brasil.

Pedro Demo (2000, p. 56), diz que é importante insistir numa postura que redefina a função do professor e do aluno. O professor deve ser um motivador a serviço da emancipação do aluno, sendo o aluno a nova geração do professor, o futuro mestre, e não o laiaio que precisa de cabresto. Ao invés de pacote didático e curricular como medida de ensino e aprendizagem, é preciso que se crie condições para a criatividade via pesquisa, para construir soluções, diante de problemas novos. O professor que apenas ensina nunca foi de verdade professor.

Para Ademir Alves (1998, p. 149), o currículo é um espaço para pensar e reinventar a realidade, não sendo, portanto, um mero elenco de temáticas ou a justaposição de conteúdos programáticos. A busca de uma unidade político-pedagógica deve presidir a sua formulação, implantação, desenvolvimento e avaliação, caso contrário, poderá trazer lamentáveis prejuízos à formação profissional. Torna-se necessário pensar e desenvolver um currículo em sentido estrito – do curso propriamente dito – e em sentido amplo – do projeto educacional, envolvendo fatores históricos, institucionais, legais e profissionais, que informem e dêem sustentação (1998, p. 149).

Aglair Alencar Setubal (2005, p. 128) ressalta que, neste momento, o problema do Serviço Social não está em fundamentar-se teoricamente em conhecimentos produzidos nas Ciências Sociais, sendo que esses lhe são indispensáveis como prática que se configura no âmago dessas ciências. O que falta é o enfrentamento teórico das questões que se colocam no cotidiano. Isto capacitaria o Serviço Social ao confronto de idéias e a uma participação ativa em trabalhos interdisciplinares.

A universidade deve ser, por excelência, um lugar de diálogo aberto entre as culturas, de pensamento crítico, de intervenção e criação, não podendo correr o risco de aquietar-se, movida pela rotina burocrática e interesses menores, que buscam a absorção de defesa do chamado “pensamento único” (WANDERLEY, 2005, p. 159).

2.7 A importância da Práxis no Serviço Social

O pensamento racionalista predominante no capitalismo monopolista dificultou a unidade da teoria e da prática, decorrente do distanciamento entre ambas e da formulação teórica vinculada à lenta ideologia burguesa.

João Bosco G. Pinto (1998, p. 33-35) entende teoria como um conjunto de enunciados gerais, mutuamente relacionados e entre eles logicamente consistentes, referindo-se a aspectos da realidade, permitindo interpretar tais aspectos através de conseqüências lógicas. Toda teoria está relacionada ao

processo de produção de conhecimentos científicos, entendida também como o conjunto, mais ou menos sistemático e coerente, de enunciados cognitivos, valorativos e axiológicos, que orientam cada um dos momentos ou componentes de um determinado conjunto de atividades de transformação da realidade, que pode ser definindo o caráter dos objetos a serem transformados ou permitindo construir métodos e instrumentos que se requer para realizar a transformação do mesmo.

A teoria que resulta da prática, para referido autor, se distingue da teoria que orienta a prática, pois a questão é saber até onde a prática valida, invalida, supera, amplia ou modifica a teoria, sendo que, à medida em que um conhecimento não orienta corretamente a transformação do real ele, não seria considerado válido.

O Serviço Social, enquanto profissão interventiva, enquadrou o assistente social como profissional técnico, em detrimento de uma formação teórica e científica, decorrente da realidade empírica e de informação fragmentada, levando distanciamento entre teoria e prática.

Essa realidade torna-se visível na bibliografia da década de 70 que retrata a centralidade que a teoria ocupa em constrangimento da prática profissional.

Eis a visão de Boris Alex Lima (1978, p. 29) apud Yolanda Guerra (1995, p. 173):

Destarte, a práxis tornou-se repetitiva, dada a ausência da teoria, ao simples acúmulo de informação, sem transformar os dados em conceitos, inexoravelmente caminhando para o empirismo mecanicista sem criatividade.

Segundo relata o autor, a prática profissional acaba por restringir-se ao agente executor de atividades.

Por ser o Serviço Social produto de concepção positivista do conhecimento e da ciência, consentiu e estruturou essa posição subordinada em virtude do próprio marco teórico aprovado em termos de consentimentos dos atores ou suportes das disciplinas (LIMA apud GUERRA, 1995, p. 173).

Tal processo favoreceu uma atuação pedagógica, respaldada no pensamento positivista e nas explicações conservadoras da sociedade, numa visão estrutural-funcionalista, levando a atuação profissional a reproduzir a dicotomia teoria x prática.

Na reflexão gramsciana, existe a necessidade de compreender o contexto histórico de construção da vida social para assimilar a teoria e a prática no Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, que intervém diretamente na realidade social, onde os fatos, fenômenos e processos que integram o sistema, acabam por produzir uma falsa ilusão de que para o Serviço Social a teoria é uma e a prática é outra.

Mariana Maciel e Franci Gomes Cardoso (1995, p. 167), citando pensamento de Gramsci, explicam que a superação do senso comum pela elaboração filosófica, só pode efetivar-se no quadro da história da filosofia que mostra qual foi a elaboração que o pensamento sofreu no curso dos séculos e qual foi o esforço coletivo necessário para que existisse o atual modo de pensar, que resume e compreende toda a história passada.

Nota-se que a construção da teoria se manifesta em níveis diferentes de elaboração. Segundo Gramsci abrange desde o senso comum até a ciência.

Portanto, a direção apontada na formação profissional supõe um sólido suporte teórico-metodológico, necessário à reconstrução da prática e ao estabelecimento de estratégias da ação; supõe, ainda, a preparação no campo da investigação como um eixo privilegiado para o aprimoramento da qualificação científica do assistente social e da produção teórica sobre questões pertinentes a seu campo de atuação e a realidade social mais ampla. Esta é uma condição para se permitir aos Assistentes Sociais um diálogo horizontal com a comunidade científica no campo das Ciências Sociais. Nesse sentido, a pesquisa passa a ser privilegiada como um dos instrumentos fundamentais de articulação teoria-prática, do conhecimento da realidade nacional, em nível micro e macroscópico, condição básica para a efetivação de um projeto profissional (IAMAMOTO, 1997, p.164).

A recuperação da unidade teoria x prática, é uma tarefa que envolve o processo histórico de transformação da sociedade, de maneira efetiva e

consciente. No Serviço Social o Movimento de Reconceituação representou momento de busca crítica da categoria, vinculada à exigência do contexto.

Maria Ozanira da Silva e Silva (1991, p. 171) pontua:

[...] há que se considerar que o materialismo histórico e dialético supõe ruptura, de caráter epistemológico, com toda concepção empirista do conhecimento. Contrapõe-se ao papel passivo das classes sociais no processo de produção de conhecimento, estabelecendo, assim, uma relação dialética sujeito-objeto; associando a teoria com uma prática transformadora (práxis), preconizando uma relação, também dialética, entre teoria e prática; percebendo a realidade em permanente movimento e transformação, o que atribui ao conhecimento um caráter parcial e histórico por vincular-se a estrutura e processos sociais específicos, ao mesmo tempo em que a realidade não é vista como opaca, não se deixando perceber a não ser por um demorado processo crítico de reflexão, único capaz de ir da aparência à essência para captar a dinâmica da realidade social em transformação. Apresenta-se, ainda, como instrumento de crítica e superação do senso comum.

Para Pedro Demo (2000, p. 58-59), a prática não pode se restringir a aplicação concreta de conhecimentos teóricos. Prática, como teoria, perfaz um todo, e como tal está na teoria antes e depois. Sendo que a prática não aparece apenas como demonstração técnica do domínio conceitual, mas sim, como modo de vida em sociedade a partir do cientista, pois em termos de qualidade formal e política, uma não pode vir isolada da outra. O que preocupa é que as ciências sociais, muitas das quais apresentam berço filosófico e crítico, insistam no especialista em generalidades, produzindo o cientista bom apenas em discussão crítica, que quando solicitado a traduzir no concreto o seu conhecimento, pode apresentar limites em termos operacionais.

Neste contexto, considerando o momento da ditadura militar, expansão do capitalismo internacional e empobrecimento das classes trabalhadoras, a reconceituação acaba por incentivar a tecnificação dos serviços assistenciais que, mais tarde, com a abertura política e a queda do governo militar, permitam que diferentes correntes de pensamento fossem evidenciadas.

Dentre estas correntes, o Materialismo Histórico Dialético, representou uma perspectiva da produção de conhecimento que possibilitou a instrumentalização da categoria em face à necessidade popular, na qual busca recuperar a unidade teoria x prática.

Portanto, para Maria Ozanira (1991, p. 175), a relação teoria e prática não pode ser encarada de maneira simplista, pois esta relação não é mecânica, nem direta, podendo passar-se da teoria à prática e vice-versa. Tal entendimento leva a conceber a prática como práxis humana total, enquanto atividade objetiva transformadora da realidade natural e social, onde a prática tem primazia sobre a teoria, não significando uma contraposição ou anulação, mas sim uma unidade, uma dependência recíproca e complementar (1991, p. 175).

Segundo Luis Rigal (1977) apud Silva (1991, p. 94-95), quando se fala da relação teoria-prática para o conhecimento da realidade social, tem-se os seguintes aportes para a fundamentação epistemológica da investigação-ação:

- Conhecimento e ação são dois aspectos indispensáveis da atividade humana. Isso significa que o conhecimento não é mera contemplação, nem a prática mera atividade, porque a teoria separada da prática não passa de enunciados meramente verbais e a prática separada da teoria se reduz a mero ativismo. Dessa compreensão, surge a noção de práxis enquanto uma atividade dialética que expressa a permanente vinculação do teórico com o prático;
- A ciência social deve possuir um caráter integrado de modo que articule diversas disciplinas para permitir analisar a realidade como totalidade concreta;
- A realidade é um todo dialético, estrutural e histórico, sendo que só é possível ser captada por um processo permanente de “oscilação dialética”.

Para Yolanda Guerra (2005, p. 170), o pensamento racionalista formal que predomina no capitalismo monopolista, mantém-se irreduzível em aceitar a unidade teoria-prática. Tal recusa apresenta cunho conservador, e tem como pano de fundo as falsas representações produzidas pela classe dominante. Entre as formulações teóricas, apreendidas sob a lente da ideologia burguesa, e a prática social histórica dos homens reais, estabelece-se uma defasagem que põe em risco a unidade entre ambas.

Entende ainda referida autora que é falsa a interpretação que acontece no meio profissional, de que a teoria na prática é outra, visto que o modelo analítico-interpretativo da realidade que orienta o assistente social dificulta-lhe a apreensão da racionalidade que constitui e movimenta os processos sociais, das leis, tendências, articulações e possibilidades, combinando a racionalidade subjetiva

dos sujeitos individuais que, de modo singular, incorporam esse modelo de racionalidade com o qual apreendem os fatos e fenômenos sociais construindo suas representações e auto-representações (GUERRA, 2005, p. 176).

2.8 A crise dos paradigmas

Nos anos 90, instaurou-se nas Ciências Humanas e Sociais, debate sobre a crise dos paradigmas, algo inerente à própria natureza das mesmas.

Segundo Thomas Kuhn (1962) apud José Paulo Netto (1995, p. 8):

[...] a estrutura das revoluções científicas, conceptualizou o paradigma como uma “constelação” que “compreende globalmente leis, teorias, aplicações e instrumentos”, e que oferece “um modelo que engendra uma tradição particular de investigação científica”, dotada de sua “particular coerência”.

De modo prático, sugere Kuhn que paradigma é o conjunto de soluções, que pode substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes enigmas que são objeto da ciência normal.

Para Alba Maria Pinho de Carvalho (1995, p. 45), todas as atividades de pesquisa no desenvolvimento das ciências sociais são condicionadas pelo movimento da realidade social que coloca demandas, temáticas, tendências, e pelo desenvolvimento das perspectivas teóricas metodológicas, configurando os chamados paradigmas.

Portanto, a crise dos paradigmas está diretamente relacionada com o movimento histórico, onde nota-se diferentes tensões e pressões sociais, e a necessidade de discussão teórica, podendo ser analisada como diversas correntes que disputam a posição de possuir o melhor critério de racionalidade para superar as dificuldades no trato com o mundo empírico e no desvelamento de seus ocultamentos.

Analisada por Goldmann (1979) apud Myrian Veras Baptista (2001, p. 70) a crise é assim descrita:

[...] a possibilidade de compreendê-los (aos fatos empíricos e abstratos) e deles extrair as leis e a significação é o único método válido para julgar o valor de um método ou de um sistema filosófico. Resta saber se é possível chegar a esse resultado, tratando-se de fatos humanos, de outro modo que não concretizando-os numa conceituação dialética.

Segundo Octavio Ianni (1990) apud Myrian Veras Baptista (1995, p. 86), a crise de paradigmas é hoje um impasse real às controvérsias sobre o objeto e o método na sociologia, ou seja, é uma questão relacionada ao movimento da apreensão do real.

Potyara A. P. Pereira (1986, p. 38) relata que paradigmas não são modelos formais, atrelados a métodos e padrões absolutos de orientação, mas a referências analíticas conceituais que informam em determinado momento histórico a atividade do pesquisador. Trata-se, portanto, de estruturas lógicas de pensamentos, que, por conterem nível genérico, os meios intelectuais de conhecimento da realidade, instrumentalizam o trabalho do investigador.

O Serviço Social, até aproximadamente a década de 80, fundamentou a sua prática profissional em diferentes paradigmas, como o funcionalismo a fenomenologia e o estruturalismo. Enveredou por diferentes modos de pensamento, como o da igreja católica, dominante durante longo período, como o funcionalismo norte-americano e depois o funcional.

Esses foram sendo superados à medida que novos conhecimentos foram elaborados ou reelaborados, para atender novas exigências sociais.

Neste sentido, observa-se que não há superação de paradigmas, mas diferentes paradigmas convivendo num espaço de contextos históricos.

A discussão sobre a crise dos paradigmas remete os assistentes sociais à análise de Alba Maria Pinho de Carvalho (1995, p. 47), que ao referir-se ao II Encontro Nacional de Pesquisa realizado em Brasília em 1990, cita Carlos Benedito Martins, quando o mesmo diz que a crise dos paradigmas é recorrente da não inter-relação destes, e aponta o funcionalismo e o marxismo, como dois paradigmas contemporâneos.

Para o Serviço Social, esta questão toma grande relevância por ter assumido o marxismo como referência teórica de produção, marco expressivo da

construção da trajetória de reconceituação da profissão, após exaustiva crítica ao funcionalismo.

O Serviço Social reconhece que a referência teórico-metodológica paradigmática hegemônica da profissão, foi forjada na tradição marxista, especificamente o Materialismo Histórico Dialético.

Segundo Potyara (1986, p. 39), o Materialismo Histórico tem se mostrado convincente na análise da dinâmica do real. Sua estrutura conceitual e os princípios metodológicos embutidos em sua proposta de análise científica de diferentes sociedades e de suas leis dos movimentos têm exercido um grande fascínio nos pesquisadores sociais, especialmente do Terceiro Mundo.

O momento atual evidencia a necessidade de estabelecer uma interconexão entre os paradigmas, na perspectiva teórica metodológica de explicação da realidade social, visando a superação de uma atuação imediatista, e do dogmatismo, na busca de uma visão crítica da realidade.

Para os assistentes sociais, o desafio é situar-se no contexto das relações sociais do mundo capitalista, compreendendo a realidade, e ter flexibilidade de análise dos diferentes paradigmas existentes num contexto histórico, sem deixar influenciar-se pelo ecletismo como caminho correto para execução do projeto ético político da profissão.

O ecletismo deve ser visto como muito mais que um fantasma ou medo, que aparece na dimensão de algo místico, no caso do Serviço Social conduzindo a uma atuação conservadora. Deve-se pensar, a teoria como processo de construção e desconstrução da realidade.

Para o Serviço Social hoje, a teoria pede que se pense e incorpore essas dimensões criativas da realidade social, diferentes modelos, através da investigação permanente.

O desafio é muito mais que desvelar o paradigma que é apresentado. É ter capacidade de análise da realidade, assumida por uma postura crítica e aberta da complexidade social que se apresenta.

O debate vem apontando a possibilidade de diálogo entre marxismo e os diferentes paradigmas contemporâneos.

Tal exigência no âmbito das Ciências Sociais, especialmente no Serviço Social, remete a uma atenção maior.

Para a ciência social, a pesquisa é uma atividade que possibilita a produção de conhecimento, podendo resultar em teoria.

O eixo de discussão encontra-se na forma com que a pesquisa tem sido utilizada para a transformação da realidade, onde a crise da razão apresenta-se num momento de desencanto com as utopias, no bojo da crise do Socialismo Real, da modernidade, do progresso, e da ciência, responsável pelo agravamento das expressões sociais, tocando de muito perto os assistentes sociais, que lutam por uma sociedade mais igualitária.

Adorno (1995) apud Alba Maria Pinto de Carvalho (1995, p. 55) denuncia que o projeto de Ciência em termos da relação do pesquisador com seu objeto é uma relação de colonizador que conhece para utilizar, para manipular, ou seja, a instrumentalização do conhecimento a serviço do poder e da exploração.

A tendência do interior das Ciências Sociais é a realização de trabalhos pontuais e particulares, exigindo outras abordagens analíticas, tendo o Marxismo como eixo central da crítica, no debate contemporâneo, por ter representado paradigma expressivo da modernidade.

Dentro do Serviço Social, a superação desses limites remete a uma lógica dialética, a relação teoria/prática. No contexto da relação capital x trabalho, a teoria social que remete a Marx é a mais adequada para o alcance da apreensão da realidade.

Considera-se que a prática profissional é ainda como uma dimensão da prática social, que se manifesta concretamente em situação social específica e se concretiza através de uma intervenção socialmente construída, posta na situação sócio-técnica do trabalho. Exige-se da categoria a clareza, diante das complexidades das demandas sociais, em relação ao objeto-método.

A opção metodológica necessária para intervir na realidade social, define-se através do modo de ver, compreender e explicar o objeto, e não pela amplitude desse, no contexto das relações sociais.

O assistente social, cuja especificidade profissional é a intervenção, não pode deter-se e conter-se com o nível explicativo de sua crítica, mantendo a prática reiterativa, devendo estabelecer uma articulação entre teoria e prática, numa visão ampliada da realidade.

A prática profissional só permanece reiterativa se não tivermos uma leitura crítica da realidade e uma proposta ampla de intervenção capaz de alterar a realidade social.

Assim, como o Serviço Social alcançou um espaço na divisão sócio técnica do trabalho, historicamente edificado pelas relações e respostas que seus profissionais construíram face as questões e desafios postos no âmbito de intervenção pela conjuntura histórica, o seu modo de ser pode ser superado a medida que realizar a dialética entre a singularidade, a particularidade e a universalidade, estabelecendo relações que encaminhem o equacionamento das questões nessas diferentes dimensões (BAPTISTA, 1995, p. 93).

Ensina Yolanda Guerra (2005, p. 66):

[...] tratar da legitimidade da vigência de paradigmas no interior das ciências sociais supõe analisarmos não somente as implicações terminológicas da utilização do conceito quando referido às ciências sociais como os supostos epistemológicos, metodológicos e ideológicos que sustentam a noção de paradigma, as premissas e argumentos favoráveis e contrários a sua utilização nas ciências que tratam da sociedade e, sobretudo, as condições sócio-históricas nas quais as referências aos paradigmas se desenvolve, posto que entendemos haver uma imbricação necessária entre concepção de ciência e desenvolvimento das forças produtivas.

São estes os grandes desafios para os profissionais, na produção de conhecimento social, face ao momento em que se encontra, com a discussão e crise dos paradigmas para conhecimento social na contemporaneidade.

2.9 As ciências sociais alcançam a maioria

Segundo Maria Ozanira da Silva e Silva et al (2005, p. 73-74), a produção de conhecimento do Serviço Social nas décadas de 80 e 90 impulsionada pela

pós-graduação, passa a equiparar-se à das outras áreas das Ciências Sociais em termos de rigor teórico-metodológico. Houve um aumento considerável de projetos, grupos de pesquisa, fóruns e espaços de divulgação de pesquisas, principalmente no meio acadêmico.

Este período representou momento de definição dos rumos técnicos-acadêmicos e políticos para o Serviço Social, através das lutas e discussões na construção do projeto profissional, hoje consolidado. Foi num contexto de crise da ditadura militar e efervescência dos movimentos sociais, aprovação da Constituição Federal de 1988 e das pressões populares, que o Serviço Social foi questionado quanto à sua prática política, tornando os assistentes sociais co-autores e partícipes do processo de lutas democráticas na sociedade brasileira.

Para Martinelli (2001, p. 159), o Serviço Social revela-se cada vez mais claramente como instituição componente da organização da sociedade. Portanto, perguntar por sua identidade significa perguntar por sua participação na trama das relações sociais, por sua legitimação como prática social de caráter popular. Significa ainda perguntar pelo seu papel no processo de produção de novas relações sociais e de transformação da sociedade.

O aumento da demanda pelos cursos de Serviço Social fez com que, no início da década de 80, viesse para as unidades de ensino significativo número de profissionais, havendo, no País, quarenta e seis unidades de ensino oferecendo cursos de graduação, sendo que seis ofereciam também cursos de pós-graduação (MARTINELLI, 2001, p. 148).

As referências teóricas que fundamentaram a atuação profissional, de caráter funcionalista e instrumentalizador, deslocaram-se para uma formação científica e teórica. Surgiu a preocupação com a produção de conhecimento através da realização de pesquisa. O Serviço Social, então, não limitou-se a consumir conhecimento das Ciências Sociais, mas buscou tornar-se também produtor de conhecimento.

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma produção científica, ou monografia científica, exigida hoje no currículo para obtenção de diploma de graduação em Serviço Social. É considerado o trabalho onde o aluno sistematiza o seu conhecimento, resultado de um processo investigativo, partindo de

indagação teórica, ou seja, trata-se da problematização, teoricamente fundamentada (IAMAMOTO, 2001, p. 286).

A preocupação com a produção de conhecimento reveste-se de uma postura crítica, que busca superar os fundamentos teórico-metodológicos que influenciaram o Serviço Social tradicional, vinculando-os a uma postura imediatista e funcionalista, incapaz de proporcionar alteração na sociedade, em especial na vida da classe trabalhadora. Diante do questionamento de sua prática, o Serviço Social procura reafirmar, revigorar e modernizar a profissão por meio de novos aportes das Ciências Sociais.

Neste sentido podemos notar que o Serviço Social, na década de 80, representou momento de conquista da categoria no que se refere a avanços teóricos, mas que ainda exige muito empenho para superar os desafios.

2.10 A importância dos trabalhos científicos

Maria Ozanira da Silva e Silva et al (2005, p. 134) destacam alguns avanços no Serviço Social brasileiro na atualidade:

- Conquista na área da formação profissional através do desenvolvimento de projeto de formação profissional a partir de novas alternativas de intervenção em construção; da inserção do Serviço Social no contexto universitário; do avanço da produção acadêmica e da Pós-Graduação.
- O significativo avanço da participação dos assistentes sociais brasileiros em atividades de pesquisa e produção de conhecimento.
- A consolidação da ação profissional no campo das Políticas Públicas de corte social, participando como sujeito ativo no processo que culminou com a Constituição Brasileira de 1988.
- Participação direta na luta pela inclusão da participação social, como princípio constitucional, o que permitiu a instituição de conselhos de gestão direcionados ao controle social nas Políticas Públicas, o que representa, campo importante de prática para os assistentes sociais nos municípios.

A primeira pós-graduação no Brasil foi implantada pela Universidade de São Paulo (USP), sendo seguida pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), mesmo antes da sua institucionalização. Para tanto, enfrentaram várias dificuldades, como por exemplo, a política ideológica exercida pelo regime militar instalado no país desde 1964. O espírito empreendedor de alguns docentes possibilitou-lhes enfrentar a opressão reinante e lutar pelo melhoramento da qualificação de homens e mulheres responsáveis pelas diferentes formações profissionais e pela formação de pesquisadores, mostrando que, desde os primórdios da pós, há uma vinculação orgânica dos cursos *stricto sensu* com a produção de conhecimento (SETUBAL, 2005, p. 78-79).

No período de 1975 a 1997, foram produzidas em torno de 958 dissertações de mestrado e 70 teses de doutorado, num total aproximado de mais de mil trabalhos, sendo que 10% foram publicados. Este conjunto de produções foi classificado segundo as temáticas e os períodos de 1974 a 1980 e de 1981 a 1997, considerando que muitas produções sofreram uma inflexão em termos de escolha de temáticas emergentes e novas formas de abordagem, fundamentadas em novos paradigmas introduzidos na área de Ciências Sociais, e, particularmente, na área de Serviço Social com o Movimento de Reconceituação (KAMEYAMA, 1998, p. 33).

No período de 1998 a 2002 foram produzidas no Brasil 760 teses de Doutorado e dissertações de Mestrado no âmbito dos Programas de Pós-Graduação, sendo que o conteúdo das mesmas foi analisado por meio da “análise de conteúdo temático”, segundo classificações temáticas elaboradas no VII Encontro de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado em 2000, e nas temáticas mais relevantes do X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 2000. Estes trabalhos refletem a inserção do Serviço Social, não somente na produção de conhecimento, mas, sobretudo evidenciam sua inserção na sociedade (SILVA et al, 2005, p. 92).

As autoras destacam a importância da contribuição da Pós-Graduação no exercício da pesquisa, da reflexão, da crítica, o desenvolvimento pleno da atividade intelectual e das aventuras do espírito que têm aí, um lugar privilegiado. Registrou-se, em 2001, uma participação de 712 discentes-autores; em 2002,

elevou-se para 725 e, em 2003, a participação subiu para 1210 discentes-autores, refletindo um crescimento significativo a cada ano (2005, p. 85).

Segundo Lúcio Kowarick (1995, p. 46) apud Nobuco Kameyama (1998, p. 71), não existe uma relação linear entre as realidades de determinada sociedade e a produção de conhecimento nela existente. Ocorrem muitas mediações nas escolhas temáticas, nos recortes analíticos ou nas posturas metodológicas. Estas são realidades cotidianas, que irão transformar-se em objeto de intervenção.

É na área do Serviço Social que a produção de conhecimento engloba vasta e variada gama de temáticas, na medida em que ocorre cada vez mais uma ampla intersecção com a dinâmica da sociedade. Alguns exemplos: “a consolidação democrática, a extensão da cidadania, a mundialização, a crise econômica, o acirramento da pobreza, o processo de urbanização, a violência entre jovens e adultos, o planejamento e políticas públicas etc.” (KOWARICK, 1995, p. 48).

As temáticas mais prevalentes nas linhas de pesquisa que compõem as propostas dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no Brasil, à partir de 2003, foram: Política Social / Políticas Públicas / Avaliação / Gestão de Políticas Sociais; Estado / Instituições; Trabalho / Processo de trabalho / Relações de trabalho; Movimentos Sociais / Processos Organizativos / Associativismo / Sujeitos Sociais; Direitos Sociais / Cidadania / Direitos Humanos; Sociedade / Processos Sociais / Relações Sociais / Reprodução Social; Cultura; Questão Social; Formação profissional; Fundamentos do Serviço Social / Teoria e História / Prática Profissional (SILVA et al, 2005, p. 89-90).

Ainda segundo as autoras, merece destaque a centralidade que as áreas de pesquisa acima atribuíram a conteúdos específicos da profissão, destacando-se a temática Serviço Social e as Políticas Sociais enquanto um dos principais espaços onde se desenvolve a prática profissional, além da Questão Social, Formação Profissional, Fundamentos do Serviço Social, Teoria, História e Prática Profissional do Serviço Social (2005, p. 90).

Dos eventos científicos onde foram apresentados 857 trabalhos entre 2001-2003, constatou-se que 67,56%, foram realizados no Brasil (SILVA et al, 2005, p. 127).

Elizabeth Borgianni (2005, p. 2-3) destaca as diversidades de questões polêmicas e a necessidade de autores e pesquisadores publicarem artigos com assuntos relevantes na atualidade, tais como: implicações da reforma da previdência no mercado de trabalho; a reforma trabalhista e sindical do governo Lula; a questão racial na assistência social; universidades e sociedades: consensos e dissensos; direito à convivência familiar, entre outros (2005, p. 2, 3).

Quanto aos avanços da pesquisa, pode-se citar a criação do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (DGPB), sendo que no ano de 2002 existiam 15.158 grupos em 268 instituições, com um total de 56.891 pesquisadores (WANDERLEY, 2005, p. 167).

Para o autor é importante ressaltar a disparidade regional, sendo que 52% dos grupos concentram-se na região Sudeste, dos quais 29% na cidade de São Paulo. Outro dado relevante é que cerca de 70% das pesquisas realizadas são desenvolvidas basicamente em universidades, quase todas públicas.

Pode-se considerar que houve no Serviço Social avanços significativos no que se refere à pesquisa, mas existem ainda muitas barreiras, sendo necessário uma conscientização dos profissionais no sentido de compreender a real importância da busca de conhecimento, bem como o incentivo por parte das universidades, instituições, governo, sociedade civil, enfim, um trabalho articulado, que tenha como horizonte uma atuação eficaz e competente num espaço de trabalho tão contraditório onde o assistente social está inserido.

3 CONCLUSÃO

O presente trabalho derivou do estudo de um processo incessante de aprimoramento e amadurecimento da formação profissional pela qual o Serviço Social passou.

Verificou-se que a pouca tradição em fazer pesquisa esteve atrelada à evolução histórica de uma profissão técnica interventiva e não investigativa. Com sua origem vinculada à Igreja Católica, o Serviço Social teve sua emergência enquanto profissão somente a partir das mudanças societárias.

Durante muitos anos a atuação profissional esteve fundamentada numa ação assistencialista, doutrinária e conservadora.

O processo de ruptura com o conservadorismo representou momento significativo para a profissão, levando ao questionamento de sua formação e atuação, manifestando sua insatisfação e a necessidade de um referencial teórico-crítico que possibilitasse decifrar a realidade para uma intervenção competente frente as exigências da sociedade.

Hoje ainda se encontra profissionais arraigados ao conservadorismo, apesar da significativa influência do movimento de reconceituação da década de sessenta.

No entanto é notória a inserção da pesquisa no currículo escolar, na formação e prática profissional. Há o que comemorar: O Serviço Social hoje faz parte das Ciências Sociais, também como produtor de conhecimento.

Os cursos de pós-graduação desde os anos 70, tem revelado a importância da realização de pesquisa e sua contribuição em sintonizar criticamente a formação e atuação profissional, sem abdicar do compromisso ético-político da profissão.

O que se percebe é que, apesar do avanço do Serviço Social em relação à pesquisa, a formação de pesquisadores ainda se depara com inúmeras

dificuldades. Tais dificuldades estão relacionadas tanto às questões ligadas à prática profissional, como as que lhe são inerentes, como a falta de uma definição de prioridades em relação a temas e objetivos. Porém, o que mais preocupa é a complexidade e amplitude com que o Serviço Social tem tratado os seus objetos de investigação, sendo muitas vezes transformados em problemáticas inconsistentes, justamente pela diversidade de temas, pois a profissão é gestada e desenvolvida num complexo movimento histórico, cuja ação profissional é mediada por conflitos resultantes das relações sociais.

Quanto ao avanço e crescimento da pesquisa científica e tecnológica brasileira, podem ser comprovados com o significativo aumento de pesquisadores e grupos de pesquisa.

Em relação às universidades, é importante ressaltar que, hoje, tem-se avançado muito no processo de ensino e formação profissional, havendo uma preocupação em desencadear uma nova concepção, dividindo responsabilidades entre professor e aluno, num clima de liberdade para aprender, questionar, criticar, possibilitando uma ultrapassagem dos muros universitários, a fim de que haja uma maior apreensão na visão de mundo, relacionando aprendizagem acadêmica com realidade social.

Para que um profissional seja competente, este não deve nunca acomodar-se, sendo notória a importância da busca de conhecimentos, de estar sempre bem informado, pois numa sociedade dinâmica, é impossível que um profissional alienado consiga uma atuação condizente com as reais necessidades sociais.

É extremamente importante salientar que, mesmo considerando todas as dificuldades enfrentadas, o Serviço Social, por ser uma profissão relativamente “nova”, apresentou um desenvolvimento expressivo no que se refere à pesquisa e a produção de conhecimento. Faz-se necessária a consciência de que para ser um profissional competente, vinculado a um projeto ético político, há a necessidade de uma formação continuada. Dessa forma, deve o assistente social ter como horizonte a defesa dos direitos sociais conquistados e sua ampliação.

Numa sociedade dinâmica, trabalhar com as demandas da questão social exige, sobretudo, construção de conhecimento e pesquisa que venha a contribuir

para a transformação social. Dessa forma, quiçá um dia todos possamos viver dignamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mariana Maciel. A questão pedagógica e a hegemonia das classes subalternas: aportes da análise gramsciana. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 17, n. 51, p. 61-74, ago. 1996.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. 5. ed. São Paulo, Cortez; 1995.

ALEIXO, Ana Cristina. Um presidente chamado Jânio: há 40 anos, renunciava à Presidência da República um dos maiores políticos da história brasileira. **Isto é**, São Paulo, n. 1748, 2001. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/Reportagens/janio.htm>>. Acesso em 24 jan. 2006.

ANIUAS, Frederico, et al. **Serviço social crítico: problemas e perspectivas: um balanço latino-americano**. Tradução José Paulo Netto. 2. ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1986.

BAPTISTA, Myriam Veras. **A investigação em serviço social**. São Paulo: Veraseditora, 2001.

_____. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social. **Cadernos Abess**, São Paulo: Cortez, n. 5, p. 84-95, jul. 1995.

_____; RODRIGUES Maria Lúcia. A Formação pós-graduada-strictu senso – em serviço social: papel da pós-graduação na formação profissional e desenvolvimento do serviço social. **Cadernos Abess**, São Paulo: Cortez, n. 5, p. 108-135, jul. 1995.

BORGIANNI, Elizabete. Editorial e Nota da Redação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 26, n. 81, p. 3-6, mar. 2005.

CABRAL, Otávio; DUALIBI, Julia. O “Palocccigate” e a morte da ética. **Veja**. São Paulo, ed. 1949, ano 39, n. 12, p. 50-57, 29 mar. 2006.

CARDOSO, Franci Gomes. A Pesquisa na formação Profissional do assistente social: algumas exigências e desafios. **Caderno Abess**, São Paulo: Cortez, n. 8, p. 27-32, nov. 1998.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A pesquisa no debate contemporâneo e o serviço social. **Caderno Abess**, São Paulo: Cortez, n. 5, p. 43-66, jul. 1995.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA Maria Ozanira da Silva. Recursos humanos e atividades de formação dos programas de pós-graduação na área de serviço social. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Orgs). **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 51-67.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel. (Orgs). **Gestão social uma questão em debate**: São Paulo, EDUC, IEE, 1999. p. 19-29.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. _____. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO EM SERVIÇOS SOCIAIS. **Teorização em serviço social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

DEMO, Pedro. **Pesquisa-princípio científico e educativo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000. v. 14.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do serviço social no Brasil: uma questão em movimento? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 26, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. Produção científica e formação profissional – os paradigmas do conhecimento e seu reatamento no cotidiano do ensino, da pesquisa e do exercício profissional. **Caderno Abess**, São Paulo: Cortez, n. 6, p. 20-28, fev. 1998.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. _____. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

HELP! Sistema de Consulta Interativa. **História do Brasil**. [S.l.]: KLICK; São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997. v. 6.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social. **Caderno Abess**, São Paulo: Cortez, n. 8, p. 33-76, nov. 1998.

MACIEL, Mariana; CARDOSO Franci Gomes. Metodologia do Serviço Social-a práxis como base conceitual. **Cadernos Abess**, São Paulo: Cortez, n. 3, p. 162-181, jul. 1995.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. _____. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MENEZES, Luis Carlos de. Para a universidade brasileira transpor o século. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 17, n. 51, p. 49-60, ago. 1996.

MOURA, José Carlos Pires de (Org). **História do Brasil: a crise da Segunda República**. 2. ed. São Paulo: Anglo, 2002.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. **Macropédia**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1998. v. 14.

PAGE. **Programa auxiliar de pesquisa estudantil**. 3. ed. São Paulo: DCL, 1981.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 26, n. 84, p. 5-20, nov. 2005.

_____. **Serviço social crítico: problemas e perspectivas: um balanço latino-americano**. Tradução José Paulo Netto. 2. ed. São Paulo: Cortez, Lima, Peru: CELATS, 1986.

_____. A controvérsia paradigmática nas ciências sociais. **Caderno Abess**, São Paulo: Cortez, n. 5, p. 7-15, jul. 1995.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Abordagem da pesquisa em serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 7, n. 21, p. 37-46, agosto 1986.

PINTO, João. Bosco G. Buscando uma metodologia de pesquisa para o serviço social: reflexões de um professor de pesquisa à margem dos paradigmas. **Caderno Abess**, São Paulo: Cortez, n. 6, p. 29-45, fev. 1998.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Mini dicionário escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: DCL, 1999.

SÁ, Janete Liasch Martins. **Conhecimento e currículo em serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SALES, Mione Apolinário. Ética, democracia participativa e socialismo: o modo petista de governar em xeque sob o governo Lula. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 27, n. 85, p. 29-60, mar. 2006.

SANTOS, Ariovaldo. A reforma trabalhista e sindical do governo Lula: de volta aos parâmetros neoliberais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 26, n. 81, p. 40-57, mar. 2005.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em serviço social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Ademir Alves da. et al. Revisão curricular do curso de serviço social. **Cadernos Abess**, São Paulo: Cortez, n. 6, p. 147-156, fev. 1998.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.

SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues. A construção do conhecimento profissional e o ensino do serviço social. **Caderno Abess**, São Paulo: Cortez, n. 6, p. 157-169, fev. 1998.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. et al. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimentos dos programas de pós-graduação na área de serviço social. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de (Org.). **Serviço Social PósGraduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 69-131.

SILVA, Maria Ozanira.da Silva e. **Formação profissional do assistente social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Refletindo a pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

VIEIRA, Balbina Ottoni et al. **A cientificidade do serviço social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, p. 115-127, 1986.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 26, n. 81, p. 156-177, mar. 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA Maria Ozanira da Silva. Das origens à atualidade da profissão: a construção da pós-graduação em serviço social no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; CARVALHO Denise Bomtempo Birche de (Org.). **Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 25-49.